

Daniane Christie Alves Pires

**As condições de vida dos arranjos
domiciliares brasileiros, medidas pela renda e por
indicadores multidimensionais, em 2009**

Belo Horizonte
UFMG/Cedeplar
2012

Daniane Christie Alves Pires

**As condições de vida dos arranjos
domiciliares brasileiros, medidas pela renda e por
indicadores multidimensionais, em 2009**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Demografia.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Simone Wajnman

Belo Horizonte
UFMG/Cedeplar
2012

Folha de Aprovação

*Pai, mãe, irmão e agregado.
As pessoas mais importantes da minha vida
e que compõem meu arranjo domiciliar.*

AGRADECIMENTOS

Agradecer não é fácil. A dificuldade está em encontrar palavras que expressem a gratidão por pessoas que se fizeram tão importantes, para não dizer imprescindíveis, para a obtenção do êxito ao fim desta caminhada profissional. Caminhada que Deus me permitiu realizar e a quem sou grata, primeiramente.

Agradeço em seguida àquelas pessoas que, por saberem da dificuldade existente, exatamente por já terem feito esse trajeto, tinham as dicas necessárias para tornar o percurso menos difícil. Essas pessoas foram meus professores, pessoas extremamente competentes, que me forneceram a base intelectual necessária para articular minhas ideias e desenvolver este trabalho.

Agradeço também às pessoas que, assim como eu, experimentaram pela primeira vez as emoções que o mestrado nos aflora. Essas pessoas foram meus colegas da Coorte 2010 que, mesmo empenhados em sua caminhada individual, sempre apareceram, como que por mágica, nos momentos de maiores dificuldades, com uma palavra amiga ou com uma dica que sempre solucionava tudo.

Por fim, agradeço àquelas pessoas que nem faziam ideia do que significava cursar um mestrado, mas que estiveram do meu lado, mesmo sem saber direito o que fazer. Estes são os membros do meu arranjo domiciliar, minha base sólida, principalmente nos momentos em que a escolha mais fácil era desistir.

Esta dissertação nem de longe é um trabalho individual, mas sim resultado de um esforço coletivo, declarado ou velado, de muitas pessoas, e não cabe aqui enumerá-las, pois a memória é falha, e um nome que ficasse de fora dessa lista seria um descrédito imperdoável. Agradeço, porém, uma pessoa em especial: Simone. Pessoa que foi muito mais que uma orientadora, uma companheira, de fato. Alguém que sempre esteve do meu lado, sempre disponível, apoiando-me, incentivando-me, mas, principalmente, acreditando em mim.

Todos, a sua maneira, deixaram uma contribuição para esta obra que, apesar de parecer pronta, sempre estará incompleta, pois o conhecimento nunca se acaba: sempre se renova.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 REVISÃO DE LITERATURA	4
2.1 A definição entre família e domicílio	4
2.2 A visão econômica de formação e constituição dos domicílios familiares	6
2.3 A visão demográfica da constituição dos domicílios familiares	8
2.4 A vulnerabilidade dos arranjos domiciliares familiares norte-americanos e brasileiros	13
2.5 Críticas à utilização da renda e suas alternativas.....	15
2.6 A utilização de indicadores multidimensionais	18
3 METODOLOGIA.....	21
3.1 A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF).....	21
3.2 A construção variável independente: os arranjos domiciliares	24
3.3 Variáveis de controle	26
3.4 A variável dependente renda.....	27
3.5 Variáveis dependentes: índices multidimensionais de condições de vida	28
3.6 O método de análise: modelo microeconômico Logit Ordenado	31
4 ANÁLISE DESCRITIVA.....	34
4.1 Variáveis Independentes: os arranjos domiciliares	34
4.2 Variáveis Dependentes: os indicadores das condições de vida	39
5 RESULTADO DOS MODELOS	49
5.1 Resultados obtidos sobre o indicador de renda	51
5.2 Resultados encontrados para o indicador objetivo de condição de vida	52
5.3 Resultados apresentados pelo indicador subjetivo de condição de vida	53
5.4 Análise conjunta dos indicadores de condição de vida	54

6 CONCLUSÃO.....	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELA 1 - MUDANÇAS PERCENTUAIS NA PROPORÇÃO DE ARRANJOS DOMICILIARES BRASILEIROS ENTRE 1978 E 1998.....	12
QUADRO 1 – COMPOSIÇÃO DOS ARRANJOS DOMICILIARES BRASILEIROS CONSTRUÍDOS.....	24
QUADRO 2 - CONSTRUÇÃO DE <i>DUMMIES</i> INDICADORAS DE VARIAÇÃO DE COMPOSIÇÃO DOMICILIAR NOS ARRANJOS BRASILEIROS.....	25
QUADRO 3 – CONSTRUÇÃO DE <i>DUMMIES</i> PARA OS DIVERSOS ASPECTOS DA VIDA QUE ABARCAM OS INDICADORES MULTIDIMENSIONAIS.....	29
GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ARRANJOS DOMICILIARES QUANTO O SEXO DA CHEFIA, BRASIL, 2009.....	34
GRÁFICO 2 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ARRANJOS DOMICILIARES - BRASIL, 2009.....	35
TABELA 2 - ALGUMAS CARACTERÍSTICAS MÉDIAS DOS ARRANJOS DOMICILIARES BRASILEIROS E DE SUA CHEFIA – BRASIL, 2009	36
QUADRO 4 - DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS DEPENDENTES DE CONDIÇÃO DE VIDA.....	40
GRÁFICO 3 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS DOMICÍLIOS PELOS NÍVEIS DE RENDA – BRASIL, 2009	41
GRÁFICO 4 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS DOMICÍLIOS PELOS NÍVEIS OBJETIVOS DE CONDIÇÕES DE VIDA – BRASIL, 2009.....	41
GRÁFICO 5 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS DOMICÍLIOS PELOS NÍVEIS SUBJETIVOS DE CONDIÇÕES DE VIDA – BRASIL, 2009.....	42
GRÁFICO 6 - COMPARAÇÃO ENTRE ARRANJOS QUE TEM OU NÃO OUTRO INDIVÍDUO/PARENTE EM SUA COMPOSIÇÃO QUANTO À DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS QUE OS COMPÕEM PELOS NÍVEIS DE RENDA – BRASIL, 2009...42	
GRÁFICO 7 - COMPARAÇÃO ENTRE ARRANJOS DOMICILIARES QUE TEM OU NÃO O CÔNJUGE EM SUA COMPOSIÇÃO QUANTO À DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS QUE OS COMPÕEM PELOS NÍVEIS DE RENDA – BRASIL, 2009...43	

GRÁFICO 8 - COMPARAÇÃO ENTRE ARRANJOS DOMICILIARES QUE TEM OU NÃO FILHO(S) EM SUA COMPOSIÇÃO QUANTO À DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS QUE OS COMPÕEM PELOS NÍVEIS DE RENDA – BRASIL, 2009...43	
GRÁFICO 9 - COMPARAÇÃO ENTRE ARRANJOS DOMICILIARES QUE TEM OU NÃO OUTRO INDIVÍDUO/PARENTE EM SUA COMPOSIÇÃO QUANTO À DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS QUE OS COMPÕEM PELOS NÍVEIS DO INDICADOR MULTIDIMENSIONAL OBJETIVO DE CONDIÇÃO DE VIDA – BRASIL, 2009	45
GRÁFICO 10 - COMPARAÇÃO ENTRE ARRANJOS DOMICILIARES QUE TÊM OU NÃO O CÔNJUGE EM SUA COMPOSIÇÃO QUANTO À DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS QUE OS COMPÕEM PELOS NÍVEIS DO INDICADOR MULTIDIMENSIONAL OBJETIVO DE CONDIÇÃO DE VIDA – BRASIL, 2009 ...	46
GRÁFICO 11 - COMPARAÇÃO ENTRE ARRANJOS DOMICILIARES QUE TEM OU NÃO FILHO(S) EM SUA COMPOSIÇÃO QUANTO À DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS QUE OS COMPÕEM PELOS NÍVEIS DO INDICADOR MULTIDIMENSIONAL OBJETIVO DE CONDIÇÃO DE VIDA – BRASIL, 2009 ...	46
GRÁFICO 12 - COMPARAÇÃO ENTRE ARRANJOS DOMICILIARES QUE TEM OU NÃO OUTRO INDIVÍDUO/PARENTE EM SUA COMPOSIÇÃO QUANTO À DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS QUE OS COMPÕEM PELOS NÍVEIS DO INDICADOR MULTIDIMENSIONAL SUBJETIVO DE CONDIÇÃO DE VIDA – BRASIL, 2009.....	47
GRÁFICO 13 - COMPARAÇÃO ENTRE ARRANJOS DOMICILIARES QUE TEM OU NÃO O CÔNJUGE EM SUA COMPOSIÇÃO QUANTO À DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS QUE OS COMPÕEM PELOS NÍVEIS DO INDICADOR MULTIDIMENSIONAL SUBJETIVO DE CONDIÇÃO DE VIDA – BRASIL, 2009..	46
GRÁFICO 14 - COMPARAÇÃO ENTRE ARRANJOS DOMICILIARES QUE TEM OU NÃO FILHO(S) EM SUA COMPOSIÇÃO QUANTO À DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS QUE OS COMPÕEM PELOS NÍVEIS DO INDICADOR MULTIDIMENSIONAL SUBJETIVO DE CONDIÇÃO DE VIDA – BRASIL, 2009...47	
TABELA 3 - RAZÕES DE CHANCES DOS MODELOS LOGIT ORDENADOS PARA OS INDICADORES DE CONDIÇÕES DE VIDA DOS ARRANJOS DOMICILIARES – BRASIL, 2009.....	50

RESUMO

Este estudo verifica as diferenças nas condições de vida das famílias brasileiras, conforme o arranjo domiciliar existente, através da renda e de indicadores multidimensionais objetivos e subjetivos. Através da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre os anos de 2008 e 2009, delimita-se os tipos de arranjos domiciliares existentes no Brasil – de acordo com suas características demográficas e econômicas – e verifica-se se e como a composição desses arranjos associa-se às condições de vida, de acordo com cada indicador, pela utilização da técnica microeconômica conhecida como Logit Ordenado. Assim, identificando as diferenças entre as condições de vida dos arranjos domiciliares quando medidas pela renda e pelos indicadores multidimensionais, estimula-se a discussão de que é necessário mudar o enfoque das políticas públicas do indivíduo para a família e complementar os embasamentos teóricos das políticas em questão que focam na renda com a consideração dos diversos aspectos que abarcam a condição de vida.

Palavras-chave: Arranjo domiciliar. Condição de vida. Renda. Indicador multidimensional objetivo e subjetivo.

ABSTRACT

This study evaluates the differences in the living conditions of Brazilian families, according to the existing living arrangement, through income and multidimensional objective and subjective indicators. Through the Household Budget Survey (HBS) conducted by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) between the years 2008 and 2009, it defines the types of living arrangements that exist in Brazil – according to their demographic and economic – and verifies whether and how the composition of these arrangements is associated with living conditions, according to each indicator by using the technique known as microeconomic Ordered Logit. Thus, identifying the differences between the living conditions of the living arrangements when measured by income and by multidimensional indicators, this study encourages the discussion of what is necessary to change the focus of public policies of the individual to the family and complement the theoretical foundation of the policies in question that focus on income with consideration of the various aspects involved in the condition of life.

Keywords: Living arrangement. Condition of life. Income. Indicator multidimensional objective and subjective.

1 INTRODUÇÃO

O cenário domiciliar atual em que residem as famílias retrata uma alteração da hierarquia de poder e, conseqüentemente, de sua organização, inicialmente nuclear e patriarcal. Essas alterações devem-se a uma série de fatores, sendo a mudança do papel da mulher na sociedade, e sua inserção no mercado de trabalho, o mais frequentemente citado (BILAC 2006, CIOFFI 1998, MONTALI E TAVARES 2008).

Vê-se cada vez mais uma heterogeneidade no que se refere ao sexo do chefe da família e à composição etária de seus membros, o que pode levar a uma diferenciação na acessibilidade desses domicílios ao bem-estar. Os novos arranjos podem ter menor capacidade de atuação no mercado de trabalho e, por isso, se tornam mais vulneráveis, principalmente se a capacidade desses domicílios em suprir as lacunas de proteção deixadas pelo Estado for superestimada na implantação de políticas públicas baseadas ainda no modelo tradicional; nuclear e patriarcal (SOUZA 2001, ITABORAÍ 2005).

Para que as políticas públicas tenham eficácia, é necessário o conhecimento dos tipos de arranjos domiciliares existentes e da etapa do ciclo de vida em que eles se encontram. Essa preocupação se materializa na ênfase em políticas sociais que valorizem e fortaleçam os vínculos, não de um tipo de arranjo específico, mas da pluralidade, já que o parentesco biológico que une membros de um mesmo domicílio vem sendo cada vez mais ignorado.

As condições de vida dos domicílios brasileiros são comumente mensuradas através da análise do desempenho da renda familiar per capita, mas esta não é a única forma existente. Atualmente, tem ganhado espaço, sobretudo no meio acadêmico, pesquisas de caráter multidimensional, objetivas ou subjetivas. Em ambos os casos, trata-se de mensurar as condições de vida através da utilização de indicadores que representem os diversos aspectos da vida. Porém, enquanto os indicadores objetivos tratam da acessibilidade ou ocorrência de determinados recursos e bens, os indicadores subjetivos retratam a avaliação qualitativa das pessoas sobre esses mesmos cenários. Na maioria das vezes, o que se vê é um hiato entre as medidas

obtidas através da renda e aquelas de caráter multidimensional, principalmente, as de cunho subjetivo, uma vez que, a renda não consegue captar as diferenças de avaliação ou de expectativas que surgem quando se comparam diferentes arranjos domiciliares. Diante disso, faz-se o questionamento:

As diferentes composições dos arranjos domiciliares brasileiros podem ser associadas a diferentes condições de vida, conforme o tipo de indicador utilizado?

Partindo da hipótese de que o tipo de arranjo domiciliar modifica as condições de vida de um grupo de indivíduos, podemos afirmar que

as regras familiares realocam recursos e responsabilidades à medida que o bem-estar de seus membros é alterado [...] determinados tipos de família encontram-se em posição de maior fragilidade na sociedade e, portanto, necessitam de atenção especial (SOUZA, 2001, p. 1).

Assim, este estudo verifica as diferenças nas condições de vida conforme o arranjo domiciliar existente, através da renda e de indicadores multidimensionais objetivos e subjetivos. Inicialmente, são delimitados os tipos de arranjos domiciliares existentes no Brasil, de acordo com suas características demográficas e econômicas. Posteriormente, verifica-se se e como a composição desses arranjos associa-se às condições de vida, de acordo com cada indicador.

Para tanto, utilizou-se como base de dados a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre os anos 2008 e 2009. Dessa pesquisa foram extraídas informações sobre a composição demográfica dos arranjos domiciliares brasileiros e informações tanto objetivas quanto subjetivas sobre suas condições de vida, como a renda familiar per capita, o acesso a bens e serviços essenciais e a avaliação da qualidade desses serviços e bens disponíveis.

Para testar a relação entre os tipos de arranjos domiciliares e os níveis de condição de vida, optou-se pela utilização da técnica microeconômica conhecida como Logit Ordenado, já que as diversas variáveis de resposta utilizadas (o nível de renda, o indicador objetivo e o indicador subjetivo das condições de vida) apresentam uma ordenação natural entre as categorias.

Como principais resultados encontrados, o indicador de renda foi aquele que apresentou resultados mais sensíveis às comparações entre diferentes composições dos arranjos domiciliares. O indicador subjetivo também apresentou variações significativas diante de todas as comparações realizadas, enquanto que o indicador objetivo apresentou variações pouco significativas.

As comparações entre arranjos domiciliares que levavam em consideração a presença de outro indivíduo/parente na composição domiciliar apresentaram resultados discrepantes em todos os indicadores testados. A presença de filho menor de 14 anos nos arranjos comparados foi associada à diminuição da chance de ocorrer melhores níveis do indicador multidimensional objetivo e da renda, sendo que, no indicador subjetivo, dependendo dos arranjos comparados, a presença de filho menor de 14 anos ora aumentava, ora diminuía as chances de melhores níveis. Independentemente do indicador utilizado, nas comparações realizadas, a presença de cônjuge foi acompanhada do aumento das chances de ocorrer os melhores níveis dos indicadores, assim como a existência de filhos maiores de 14 anos na composição do arranjo monoparental ou biparental.

Ao considerar as características de composição domiciliar como determinantes para identificar as diferenças entre as condições de vida dos arranjos domiciliares estimula-se a discussão de que é necessário mudar o enfoque das políticas públicas, do indivíduo para a família. Além disso, ao apresentar a opinião do chefe do domicílio sobre as condições de vida do arranjo e a acessibilidade dos membros aos bens e recursos, em vez de se limitar apenas à utilização da renda, o presente trabalho vem contribuir para o debate atual sobre o papel exercido pela renda nos arranjos domiciliares.

Em sequência a esta introdução, segue o capítulo 2, que contém a revisão da literatura, com a definição de conceitos referentes ao problema enfocado e um histórico de sua evolução. O capítulo 3 traz a metodologia adotada para a realização da pesquisa. Do capítulo 4 consta uma análise descritiva do objeto de pesquisa e do evento a ser testado, enquanto o capítulo 5 apresenta os resultados microeconômicos encontrados. Por fim, o capítulo 6 encerra o trabalho, apresentando uma síntese geral.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Faz-se, primeiramente, uma discussão metodológica para diferenciar os termos *família* e *domicílio*. Muitas vezes tratados como similares, *domicílio* e *família* apresentam diferenças importantes que devem ser consideradas antes de se definir qual será utilizado numa pesquisa.

2.1 A definição entre família e domicílio

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em publicações como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) e a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), define domicílio como:

moradia estruturalmente separada e independente, constituída por um ou mais cômodos, sendo que as condições de separação e independência de acesso devem ser satisfeitas. A condição de separação é atendida quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas e outros, quando é coberto por um teto e permite que seus moradores se isolem, arcando com parte ou todas as suas despesas de alimentação ou moradia. A independência é atendida quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que seus moradores possam entrar e sair sem passar por local de moradia de outras pessoas (IBGE, 2010a, p. 21; IBGE, 2010b, p. 20).

No que tange à definição de família, o IBGE apresenta distintas definições, de acordo com a finalidade da pesquisa em questão. A PNAD, que trata a família como unidade demográfica, a considera como:

o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, que residissem na mesma unidade domiciliar e, também, a pessoa que morasse só em uma unidade domiciliar. Entendeu-se por dependência doméstica a relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da família e por normas de convivência as regras estabelecidas para o convívio de pessoas que morassem juntas sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica. Definiram-se como famílias conviventes aquelas constituídas por, no mínimo, duas pessoas cada uma, que residissem na mesma unidade domiciliar (IBGE, 2010b, p. 25).

Já a POF, que trata a família como uma unidade de consumo, considera como família:

um único morador ou conjunto de moradores que compartilham da mesma fonte de alimentação, isto é, utilizam um mesmo estoque de alimentos e/ou realizam um conjunto de despesas alimentares comuns. Nos casos onde não existia estoque de alimentos nem despesas alimentares comuns, a identificação ocorreu através das despesas com moradia (IBGE, 2010a, p. 22).

Há críticas à definição de família utilizada pelo IBGE. Afinal, considerar a dependência doméstica ou a existência de normas de convivência como delimitação acaba por agregar ao termo *família* grupos de pessoas que não o são na verdade, pois a definição de família de forma estrita parte do pressuposto de existência de consanguinidade. A definição de família a partir da existência de coresidência também é criticada, já que muitas vezes membros de uma mesma família não residem num mesmo domicílio. Por fim, o fato de considerar como família a simples existência de um morador também causa estranheza, já que a palavra *família* carrega em si uma ideia de grupo (FEIJÓ; VALENTE, 2003; MEDEIROS; OSÓRIO, 2001 e 2002, SABOIA; COBO, 2005).

Tais críticas se fundamentam na definição criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), ao buscar um padrão que permita comparação internacional. Enquanto a família é definida como “*a concept of particular interest, is defined as those members of the household who are related, to a specified degree, through blood, adoption or marriage*” (UN, 2007, p. 148), o domicílio é tratado conceitualmente como:

A one-person household, that is to say, a person who makes provision for his or her own food or other essentials for living without combining with any other person to form part of a multi-person household; or a multi-person household, that is to say, a group of two or more persons living together who make common provision for food or other essentials for living. The persons in the group may pool their resources and have a common budget; they may be related or unrelated persons or a combination of persons both related and unrelated (UN, 2007, p. 148).

É nítida a diferenciação entre domicílio e família para a ONU. Enquanto a definição de família pressupõe a presença de no mínimo duas pessoas com algum tipo de laço que as una – seja de parentesco, adoção ou conjugal –, a caracterização de um domicílio depende apenas da ocorrência de uma ou mais pessoas ali residindo, independente da existência de algum tipo de relação entre elas.

Baseado nas definições anteriores, a ONU (UN, 2007) sugere que as pesquisas de cunho familiar sejam realizadas tomando-se como unidade de análise o domicílio, sendo que a família passa a ser um tópico derivado deste. Afinal, para se identificar as famílias, necessariamente, passa-se pela identificação do domicílio, o que induz ao confundimento entre eles, já que a estrutura domiciliar e a existência de parentesco são geralmente correlacionados (FEIJÓ; VALENTE, 2003; GOLDANI, 1984).

Considerações feitas, parte-se agora para uma análise econômica sobre a formação e evolução dos arranjos domiciliares.

2.2 A visão econômica de formação e constituição dos domicílios familiares

A família é o primeiro grupo do qual o indivíduo faz parte; é o ponto intermediário entre o indivíduo e a vida em sociedade. Normalmente localizada num domicílio, a família é responsável pela produção e/ou alocação de bens e serviços que seus membros necessitam de modo mais ou menos eficiente, dependendo da sua composição e tamanho. As interações intradomiciliares que surgem do relacionamento familiar são analisadas à luz da Economia da Família, tipicamente de análise microeconômica neoclássica, que teve início nos anos 1950, tendo Gary Becker como pioneiro.

Esse tipo de análise considera as decisões familiares – casamento/divórcio/filhos – como tentativas de aumentar o bem-estar individual comparando custos e benefícios de se partilhar bens públicos ou obter bens que só existem num arranjo familiar, como, por exemplo, companhia (FEIJÓ; VALENTE, 2003; BIANCHI; CASPER, 2005). Dessa forma, o mecanismo de formação de um domicílio está amparado na hipótese de que à medida que se aumenta o número de indivíduos, há um aumento da utilidade, pois mais pessoas estarão disponíveis para a alocação do mesmo bem ou serviço. Economicamente falando, um indivíduo é sempre menos eficiente na alocação de recursos, já que a possibilidade de interação entre indivíduos permite que estes tenham opções de organização e divisão de tarefas de tal modo que

obtenham mais eficientemente os resultados desejados através de economias/deseconomias de escala (CIGNO, 1991; BECKER, 1981).

O número de pessoas num domicílio e a relação que existe entre elas influenciam na alocação de tempo em casa (H) e de renda medida em produtos adquiridos (I) de um domicílio, seja na produção doméstica, seja no mercado. Duas pessoas sós com diferentes rendas farão com que aquele de maior rendimento demande maior tempo doméstico. Se elas diferem em capacidade, aquele que for mais hábil gastará menos tempo em casa que no mercado e, mesmo assim, produzirá mais que o outro, pois será mais eficiente. Assim, se essas duas pessoas passarem a viver juntas, as oportunidades para divisão de despesas, acesso a bens públicos ou característicos de uma união (como crianças) fará com que essa nova formação seja mais eficiente que a anterior, já que cada um pode dedicar-se às suas vantagens comparativas: quanto maiores as vantagens comparativas, maior o ganho numa união domiciliar.

No entanto, um domicílio não cresce interminavelmente. Quanto maior um domicílio, maior a complexidade de suas relações e maior a dificuldade de entendimento entre os indivíduos que dele participam. O fato de estarem morando juntos faz surgir custos de renda e tempo ao negociarem como serão divididos os bens e alocados os recursos. Quanto maior o domicílio, mais complexo, ou seja, mais caro se torna essa negociação. Esses custos tendem a diminuir as vantagens obtidas e tornar menos atrativa a convivência domiciliar (CIGNO, 1991; BECKER, 1981).

Bens públicos têm seus custos reduzidos toda vez que há a inclusão de um indivíduo no domicílio, porém, de maneira decrescente, de tal modo que se chega num ponto em que o aumento de pessoas num domicílio levará a um retorno zero ou até negativo. Existe um custo de transação auferido no qual a redução do custo do bem público aumenta o custo da privacidade.

O tamanho ótimo do domicílio vai depender do tipo de indivíduo que está sendo acrescentado – indivíduos economicamente inativos tendem a comprometer o equilíbrio, por demandarem mais daqueles que são ativos – e da renda. No caso do aumento salarial, por exemplo, há uma diminuição do custo-oportunidade da privacidade (se torna mais barata), que leva a uma diminuição no tamanho do domicílio desejado (fica mais caro o incremento de um indivíduo, já que,

individualmente, a pessoa adquiriu mais recursos para custear o seu bem público), pois quanto maior a renda auferida, menor será a necessidade da pessoa em questão de se relacionar com outras pessoas, dado que ela tem meios próprios de se prover.

Temos uma explicação econômica sobre a formação de um domicílio e como o seu tamanho é modificado. Esta análise, porém, desconsidera diversos fatores intrínsecos às pessoas que o compõem, inclusive seu comportamento demográfico. Por isso, passa-se agora a uma análise demográfica sobre a composição dos domicílios.

2.3 A visão demográfica da constituição dos domicílios familiares

A composição de um arranjo domiciliar é resultado da estrutura demográfica, que fornece o estoque populacional, e do padrão cultural, que define o tipo de formação. (MEDEIROS; OSORIO, 2001 e 2002). A análise demográfica da formação dos domicílios consiste no estudo do comportamento das componentes demográficas. Mudanças nos padrões demográficos da mortalidade e da fecundidade, chamadas Transição Demográfica, resultam na alteração das características da composição/estrutura e do tamanho dos arranjos domiciliares.

A Primeira Transição Demográfica foi identificada no final do século XVIII, juntamente com o processo de industrialização vivenciado pelos países europeus, de onde se espalhou pelo mundo. Trata-se de um fenômeno demográfico de longo prazo, caracterizado pela transição entre níveis extremos das componentes demográficas de mortalidade e fecundidade (NOTESTEIN, 1953).

O processo de Transição Demográfica é marcado por três fases. Primeiramente, verifica-se uma queda na mortalidade, que se reflete num crescimento populacional, pois as taxas de natalidade ainda são elevadas. Em seguida, as taxas de natalidade também começam a cair, diminuindo o ritmo do crescimento populacional. Por fim, em sua fase final, os índices de mortalidade e fecundidade se encontram em níveis muito baixos, o que se reflete num crescimento populacional baixo, muitas vezes, tendendo a zero.

Esse movimento descendente das componentes demográficas, especialmente a queda da fecundidade, refletiu na composição dos domicílios. O controle da parturição, seja pelo adiamento da idade ao primeiro filho, seja pelo maior espaçamento entre os filhos, levou à redução do número de filhos tidos, o que fortaleceu a característica da família nuclear típica: pai, mãe e filhos, sendo que estes, em menor número. Os domicílios tornaram-se menores (ALVES; CAVENAGHI, [2008?]).

Nos anos da década de 1960, outra mudança no padrão das componentes demográficas é identificada nos países europeus desenvolvidos. Tratada por alguns estudiosos como um novo estágio ou aprofundamento da Primeira Transição (COLEMAN, 2004) e por outros como nova Transição¹ (LESTHAEGHE; VAN DE KAA, 1986) surge a 2ª Transição Demográfica.

Esse novo cenário demográfico é visto como resultado das mudanças de atitudes, valores, ideais e comportamentos dos indivíduos, fruto do processo de individualização e secularização vivido pela sociedade na época. O desejo de autorrealização, ligado à autonomia individual e à liberdade de escolha, fez com que as pessoas passassem a centrar suas vidas em si mesmas. Isso se refletiu numa maior tolerância à diversidade, na não aceitação da autoridade tradicional e na proliferação de liberdades no que tange a sexualidade e uniões (VAN DE KAA, 2001).

A principal característica desse fenômeno é a diminuição dos níveis de fecundidade não somente aos níveis de reposição, em torno de 2,1 filhos por mulher, mas a níveis muitas vezes abaixo da reposição (LESTHAEGHE; VAN DE KAA, 1986). Além disso, a 2ª Transição Demográfica é nitidamente distinta da 1ª TD em diversos aspectos (BUMPASS, 1990; JIANG; O'NEILL, 2007; VOGEL, 2003):

Os padrões nupciais são alterados. Vê-se que as uniões já não são tão importantes, pois há um aumento da idade ao casar e uma diminuição dos casamentos em

¹ Caracteriza um rompimento com a 1ª Transição Demográfica pelo fato de esta ter as mudanças orientadas para o filho, com investimento em capital humano, dada a diminuição do número de filhos, com um caráter altruísta. A 2ª Transição Demográfica orienta-se para o adulto, com um caráter individualista, ao buscar a autossatisfação.

detrimento ao aumento das coabitações e uniões consensuais, além do aumento dos divórcios e consequente aumento dos recasamentos.

O padrão sexual também muda, sendo desatrelado do casamento e da reprodução. A existência de opções contraceptivas permite à mulher escolher o momento de ter um filho, o que reflete no adiamento da ocorrência do 1º filho, no aumento de filhos fora do casamento e na diminuição do número total de filhos tidos. Somados, esses comportamentos refletem numa fecundidade muitas vezes abaixo do nível de reposição.

Assim, mudanças no padrão de casamento e de fecundidade refletem no surgimento de novos arranjos domiciliares, tanto no que se refere ao tamanho, quanto à composição. Os arranjos domiciliares são chamados de nucleares simples quando têm presença de pelo menos um adulto e seu filho, também conhecidos como monoparentais. A simples existência de união matrimonial/consensual caracteriza o arranjo nuclear composto, porém, quando a existência dessa união é acompanhada de um ou mais filhos, o arranjo passa a ser chamado de biparental. Os arranjos são considerados complexos quando há coabitação de um não parente com a família nuclear. Em caso de existir coabitação de um outro parente com a família nuclear, o arranjo é denominado estendido. Além disso, os arranjos podem ser chamados de unipessoais quando existe apenas um indivíduo em sua composição (MEDEIROS; OSORIO, 2001 e 2002).

A expansão ou não da Segunda Transição Demográfica para as outras partes do mundo é motivo de controvérsia. A questão é que, mesmo que algumas regiões como os países da Europa Central e do Mediterrâneo apresentem as mesmas tendências demográficas características da Segunda Transição Demográfica, não há concordância se os motivos que levaram à mudança demográfica verificada seja o mesmo identificado nos países europeus industrializados. Enquanto as mudanças ocorridas nos países europeus industrializados são atreladas às alterações comportamentais como individualização e secularização, nos outros países, as mudanças demográficas podem ter outras motivações, como crises econômicas vivenciadas (ALVES; CAVENAGHI, [2008?]).

No caso brasileiro, por ser um país de dimensões continentais, há uma heterogeneidade em sua população quanto aos atributos individuais que permite identificar no país traços das três fases da Primeira Transição Demográfica e da Segunda Transição, de acordo com a região e o grupo social analisado. Como exemplo, em termo de fecundidade, as mulheres menos escolarizadas e com menor renda apresentavam em 2000 taxas de fecundidade específicas em torno de 5, caracterizando a fase inicial da Primeira Transição Demográfica. Em contrapartida, mulheres com acesso a educação e renda, no mesmo período, apresentavam taxas de fecundidade específicas abaixo do nível de reposição, ou seja, menor que 2, característica da Segunda Transição Demográfica (ALVES; CAVENAGHI, [2008?]).

Mas, analisar apenas os níveis de fecundidade para delimitação da ocorrência ou não da Segunda Transição Demográfica não é suficiente. No caso do comportamento sexual e afetivo, a Segunda Transição Demográfica é caracterizada pelo aumento da coabitação e da monoparentalidade, como resultado da flexibilização das regras patriarcais e satisfação das motivações individuais. Comparativamente, não só o Brasil, mas toda a América Latina, pode, em menor ou maior grau, se assemelhar aos países europeus que vivenciam a Segunda Transição Demográfica, afinal, monoparentalidade e coabitação sempre foram características marcantes nessa região, porém, devido motivações totalmente diferentes: enquanto os problemas econômicos inviabilizam o casamento e estimulam a coabitação, os problemas sociais e de saúde pública estão relacionados à monoparentalidade. Como se vê, os resultados são semelhantes, mas as motivações são diversas, o que impede, afirmar a existência ou não da Segunda Transição Demográfica nessa região, mas apenas apontar características semelhantes como indícios de convergência para um mesmo padrão demográfico e social. (VAZ, 2008).

Outra característica marcante da Segunda Transição Demográfica verificada no Brasil é o surgimento dos inúmeros arranjos domiciliares alternativos. Entre os anos de 1978 e 1998, o número de domicílios no país quase dobrou, porém, com redução do tamanho médio, de acordo com a TAB. 1. Houve também redução na proporção dos arranjos domiciliares familiares de 94,1 para 90,7% do total de domicílios existentes.

Quanto ao tipo de família que compõe os domicílios, apesar dos arranjos nucleares compostos (biparentais ou não) serem predominantes, houve um crescimento da proporção dos arranjos simples para 20% devido ao aumento dos arranjos monoparentais femininos. A presença de filhos ainda é muito forte nos arranjos nucleares, em geral. Por fim, a presença de outro parente, que caracteriza a família estendida, foi pouco prevalente, ocorrendo mais frequentemente nos arranjos monoparentais.

TABELA 1 - Mudanças percentuais na proporção de arranjos domiciliares brasileiros entre 1978 e 1998

Arranjos	1978	1998	Var %
Casal (%)	80	72	-10,00
Sem filho e sem outra pessoa	9	10	11,11
Sem filho e com outra pessoa	2	2	0,00
Com filho e sem outra pessoa	55	50	-9,09
Com filho e com outra pessoa	13	10	-23,08
Mulher (%)	14	21	50,00
Sem filho e sem outra pessoa	3	5	66,67
Sem filho e com outra pessoa	2	2	0,00
Com filho e sem outra pessoa	7	9	28,57
Com filho e com outra pessoa	3	5	66,67
Homem (%)	6	8	33,33
Sem filho e sem outra pessoa	3	5	66,67
Sem filho e com outra pessoa	1	1	0,00
Com filho e sem outra pessoa	1	1	0,00
Com filho e com outra pessoa	0	1	100,00
Quantidade absoluta de arranjos domiciliares (em milhões)	22,50	41,90	86,22

Fonte: MEDEIROS; OSÓRIO, 2002, p. 7, TAB. 2. Nota: dados trabalhados pela autora

A heterogeneidade da organização domiciliar atual leva a uma diferenciação na acessibilidade dos lares ao bem-estar, já que a distribuição dos recursos dentro de um domicílio ocorre de forma desigual conforme o estrato social e as características dos integrantes do arranjo (ITABORAÍ, 2005). O fato de o Estado ainda estruturar suas políticas no modelo patriarcal nuclear faz com que a capacidade das famílias de suprirem as lacunas de proteção deixadas pelo Estado seja superestimada já que os novos arranjos, muitas vezes, são mais frágeis e mais vulneráveis (SOUZA, 2001). Por isso, são necessários estudos que quantifiquem e qualifiquem os tipos de

arranjos existentes para que as políticas públicas tenham embasamento e eficácia. Os mais recentes são discutidos a seguir.

2.4 A vulnerabilidade dos arranjos domiciliares familiares norte-americanos e brasileiros

Vulnerabilidade é o nome dado à situação em que um indivíduo encontra-se exposto a algum tipo de risco que comprometa sua segurança e autonomia, seja ele ambiental, econômico ou social. No âmbito socioeconômico, acredita-se que diferentes classes sociais têm diferentes oportunidades porque o contexto social torna determinados grupos mais propensos a enfrentar situações adversas. Os chamados grupos de risco estão mais expostos pelo fato de apresentarem a mesma característica, como a idade ou o sexo, que dificulta ou impede o enfrentamento desse risco. Nesse caso, as características demográficas, por si só, apresentam riscos ou comprometem a capacidade de enfrentamento. Surge daí a ideia de vulnerabilidade socioeconômica ou demográfica: uma desvantagem social que limita o acesso aos meios de produção, impede o acúmulo de recursos, exercendo pressões e criando adversidades. Nesse contexto, o enfrentamento da vulnerabilidade não depende somente da capacidade do indivíduo em gerir seus recursos, mas também das oportunidades que o contexto social proporciona. Assim, a vulnerabilidade surge da inacessibilidade ou inexistência dos meios e oportunidades necessários à vida, retratando o nível da capacidade de enfrentamento das pessoas aos riscos a que estão expostas (HOGAN; MARANDOLA JR., 2006; BILAC, 2006; CEPAL, 2002)

Na literatura internacional, estudos analisam a relação entre os tipos de arranjo domiciliar existentes e as condições de vida de seus indivíduos, independente do quantil de renda em que estão inseridos. Os resultados encontrados apontam para a mesma direção: os arranjos domiciliares refletem uma melhor ou pior condição de vida no que tange à saúde, educação e desenvolvimento cognitivo, principalmente das crianças e adolescentes.

Ao analisar os diversos arranjos domiciliares norte-americanos, verifica-se que devido as características intrínsecas no que tange aos atributos de seus

componentes quanto a idade e nível educacional, alguns arranjos são mais vulneráveis que outros. Por si só, essas características são determinantes para uma melhor ou pior condição de vida, pois comprometem a relação intradomiciliar ao distorcer os valores domiciliares, independente do tipo de arranjo (GENNETIAN, 2005).

Esses estudos apontam as famílias monoparentais e estendidas com maior incidência de problemas no que tange à alocação de recursos, saúde mental dos pais, qualidade no relacionamento *dos* e *com* os pais e o envolvimento dos mesmos (WALDFOGEL *et al.*, 2010, LONDON; FAIRLIE, 2005; ESTES, 2004). O fator principal gerador de insegurança nesses arranjos é a deficiência no fornecimento de recursos e suporte. No caso de arranjos monoparentais como exemplo, por terem apenas um adulto responsável por todas as funções do lar (como trabalhar e cuidar das crianças), há uma redução no bem-estar reportado, pois esse adulto não é capaz de suprir o lar com todos os recursos físicos e psicológicos necessários (WALDFOGEL *et al.*, 2010). Além disso, a ocorrência de problemas mentais de ordem psicológica como agressividade e impaciência dos pais é muito maior, o que se reflete na relação com o filho (ESTES, 2004; LONDON; FAIRLIE, 2005).

No Brasil, os arranjos domiciliares são comumente utilizados em pesquisas que avaliam a vulnerabilidade à pobreza. Tem-se verificado que há uma heterogeneidade dos arranjos domiciliares quanto à composição e ao momento do ciclo de vida que podem dificultar a inserção de seus componentes no mercado de trabalho, comprometendo a geração de renda em determinados lares. Assim como Montali e Tavares (2008) verificaram num estudo de nível nacional, Cioffi (1998) identifica que no estado de São Paulo, casais de até 34 anos com filhos ou parentes, mulheres solteiras com filhos ou parentes e, em menor escala, casal adulto com mais de 34 anos com filhos ou parentes são os tipos de arranjos mais preponderantes nos quantis mais baixos de renda.

Estudos mais aprofundados realizados por Lavinias e Nicoll (2006) e Leone, Maia e Baltar (2010) testaram a chance de um determinado arranjo se encontrar sob a linha de pobreza, dadas suas características de composição. Os resultados indicam que o aumento no número de componentes de uma família aumenta em duas vezes a chance de esse arranjo se tornar pobre, devido ao aumento no grau de dependência

em relação à renda auferida pelo chefe. Além disso, os resultados encontrados corroboram a análise descritiva, pois apontam para presença de filhos como fator que eleva a chance de se encontrar numa situação de pobreza, já que a chance de um casal com filhos menores de 14 anos ser pobre é duas vezes superior àquele sem filhos, e cinco vezes maior se a presença de filho se dá num arranjo monoparental feminino.

Os arranjos monoparentais são complexos. Sua vulnerabilidade independe da idade dos filhos, que se distribui quase que proporcionalmente pelas faixas etárias, mas está ligada à caracterização da família estendida, já que quase sempre apresenta outro parente na sua composição. Isso ocorre porque, geralmente, essas mulheres têm uma gravidez enquanto jovens, comprometendo seus estudos. Com nível educacional mais baixo, encontram vagas piores no mercado de trabalho, cujos rendimentos são inferiores e o tempo de dedicação é maior, comprometendo o convívio e a dedicação para com os filhos, já que são elas as únicas provedoras da família. A presença de filhos, somada à falta de apoio de outro cônjuge e até mesmo do governo, dada a inacessibilidade a creches, tende a aumentar a vulnerabilidade desse arranjo, uma vez que a necessidade de conciliar trabalho e afazeres domésticos faz essas mulheres procurarem por atividades mais precarizadas, porém, com jornadas reduzidas. (CIOFFI, 1998; LAVINAS; NICOLL, 2006; MONTALI; TAVARES, 2008).

Em todos os estudos brasileiros, a análise dos arranjos domiciliares familiares restringe-se à caracterização dos tipos existentes quanto a sua composição e ao momento em que estão no ciclo de vida, no que tange à vulnerabilidade à pobreza financeira, sem, no entanto, identificar o efeito desses arranjos em outros aspectos que não o financeiro, o que pode gerar algumas críticas.

2.5 Críticas à utilização da renda e suas alternativas

A renda é utilizada na maioria dos estudos atuais como *proxy* de bem-estar e das condições de vida, além de ser tomada como linha de corte para delimitação da pobreza. Isso se deve ao fato de a renda ser um indicador escalar, que permite a ordenação das situações avaliadas em melhores ou piores. A renda também permite

comparações análogas de sociedades distintas: ao considerar que os domicílios de determinada região encontram no mercado o mesmo preço dos produtos, a renda familiar per capita auferida por esses domicílios serve de comparação ordinal entre eles. Além disso, a renda é uma fonte de recursos, já que o consumo de bens está atrelado a um valor monetário. Assim, estudar a insuficiência de renda torna-se importante porque é através da renda que as pessoas têm condições de suprir suas outras insuficiências. Dessa maneira, a disponibilidade financeira é atrelada à acessibilidade de bens e à satisfação das necessidades/desejos, pois quanto maior a renda, maior a autonomia da pessoa para escolher o bem ou serviço a ser consumido, aumentando seu nível de bem-estar (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006).

Como pressuposto para utilização da renda, acredita-se que num domicílio nem todos os indivíduos precisam trabalhar, pois a renda auferida por um ou mais indivíduos se torna a renda coletiva, de modo que aqueles que não possuem renda própria recebem a mesma parcela daqueles que a obtém, através de uma divisão equitativa dos recursos. Então, a renda familiar per capita nada mais é que a distribuição da renda familiar pelos componentes do arranjo independentemente das características demográficas e da composição da família (ROCHA, 1998).

Internacionalmente, utiliza-se a ideia econômica de paridade de poder de compra-PPC para efeito de comparação entre países, e considera-se pobre todo indivíduo que sobrevive com US\$ 2/dia. No Brasil, a renda é utilizada como linha de corte pelos programas sociais Bolsa Família e pelo Benefício de Prestação Continuada, que tem como corte $\frac{1}{4}$ do salário mínimo vigente.

A renda pode ser utilizada de forma relativa, ao comparar-se a renda auferida com a renda média do grupo tomado como referência, de tal modo que, quanto mais abaixo da média, pior a situação financeira. Assim, a renda mede a desigualdade de renda dentro de um grupo. Há também utilização da renda de forma absoluta, através da definição de um valor que permita a aquisição de uma determinada cesta de alimentos, por exemplo (SOARES, 2009).

Ultimamente, têm surgido críticas à utilização da renda como indicador da pobreza e do bem-estar. Pesquisas atuais afirmam que esses fenômenos, assim como outras medidas que avaliam e/ou quantificam as condições de vida, são resultantes da

interação de diversas dimensões da vida do indivíduo e não só da renda em si (LOPES; MACEDO; MACHADO, 2004).

A hipótese de que os rendimentos são distribuídos e consumidos equitativamente dentro do domicílio, como justificativa para o uso da renda, é refutada. A existência de relações intrafamiliares leva a uma alocação desigual de recursos, tanto no que tange à oferta (de acordo com quem é o receptor, a renda é distribuída de distintas formas) quanto no que tange à demanda, pois diferentes indivíduos têm diferentes necessidades (ROCHA, 1998). Portanto, duas famílias com o mesmo número de indivíduos, mas sendo que uma delas tenha, por exemplo, mais crianças em sua composição, podem apresentar necessidades divergentes, já que as características pessoais diferentes levam à alocação desigual dos recursos que resultam em divergentes condições de vida e de bem-estar.

A existência de indivíduos com características diferentes faz surgir diferentes necessidades e capacidades de transformar a renda auferida em bens e serviços. No âmbito das capacidades, a renda é um meio de auferir o bem-estar e não a certeza de alcançá-lo, pois as características das pessoas são um fator interveniente que aumenta ou diminui o nível de bem-estar auferido (SEN, 2001).

As pessoas são diferentes em suas necessidades porque são caracteristicamente diferentes umas das outras. Por isso, pessoas diferentes precisam de diferentes recursos para atingir o mesmo nível de bem-estar, que é proporcionado pelas conquistas individuais e não pela existência de meios para obtê-las. Assim, o fato de se ter condição financeira não significa que se tenha capacidade ou oportunidade de fazer algo já que a mesma renda auferida por um grupo de pessoas levará a diferentes níveis de condições de vida.

Com base nessas ideias, alguns pesquisadores passaram a incluir nos estudos de condições de vida e de bem-estar dimensões não monetárias, surgindo assim os indicadores multidimensionais, que podem ser objetivos ou subjetivos. Os indicadores objetivos tratam da acessibilidade ou não a determinados bens e/ou serviços e ainda da existência ou não de determinadas situações ou problemas na vida do indivíduo ou da família em estudo. Já os indicadores subjetivos são

baseados na autodeclaração, de acordo com a visão que a pessoa tem da vida, conforme o padrão que ele toma para si como ideal.

Por se tratar de objeto de nossa análise, os indicadores multidimensionais serão melhores discutidos a seguir.

2.6 A utilização de indicadores multidimensionais

No Brasil, alguns autores, principalmente em publicações do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), criaram índices multidimensionais para o Brasil, como o Índice de Desenvolvimento Familiar (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006). Na América Latina, alguns países têm utilizado esse tipo de indicador em suas políticas públicas, como a Venezuela, com o Necesidades Básicas Insatisfechas (NBI), e o México, com o Índice de Marginación (SOARES, 2009).

Os defensores de indicadores multidimensionais partem do pressuposto de que bens não monetários afetam o bem-estar, enquanto que externalidades diluem ou intensificam o efeito da renda. Porém, pode ocorrer que, por mais que se tente analisar os diversos âmbitos da vida, acaba-se por subestimar a renda como causa/efeito na definição das outras dimensões. Cria-se um índice que agrega as várias dimensões sem padrão para ponderação e definição destas, dificultando a comparação (SOARES, 2009).

Os indicadores multidimensionais são objetivos quando mensuráveis e de fácil constatação, exteriorizados pelo comportamento e pela vivência diária do indivíduo, como os níveis de renda, quantitativamente medidos. Podem ainda ser subjetivos quando são interiorizados no indivíduo e partem de uma avaliação da própria vida, pois consideram as experiências vividas e as expectativas diante delas. Tal diferenciação leva à discrepância de resultados quanto às condições de vida quando mensuradas ora por indicadores objetivos ora por indicadores subjetivos (PESSOA; SILVEIRA, 2009).

O descasamento de resultados objetivos e subjetivos pode ser justificado por diferenças de expectativas, pois estas se ajustam lentamente às condições de vida, fazendo surgir um viés entre os indicadores: indivíduos numa mesma situação

reportam satisfações diferentes. A avaliação, da própria renda ou do tempo, também é um fator de descasamento. No caso do tempo, ocorre que as pessoas tendem a avaliar sua situação atual considerando, como parâmetro, algumas situações passadas, ou ainda uma situação almejada para o futuro. Já no que tange à renda, a avaliação subjetiva das condições de vida vai depender da posição relativa do indivíduo dentro do seu grupo social de referência, pois as pessoas tendem a se comparar com as outras que as cercam. Assim, dois indivíduos com a mesma condição de vida tendem a reportar satisfações diferentes se estiverem inseridos em meios mais ou menos heterogêneos quanto às características (PESSOA; SILVEIRA, 2009).

Pessoas que vivem numa situação de vulnerabilidade econômica apresentam uma relação direta entre o aumento do consumo e o aumento da utilidade econômica, justificando que um aumento de renda é acompanhado por um aumento de satisfação. Porém, depois que as necessidades básicas são atendidas, há um aumento decrescente do benefício promovido por uma unidade adicional à renda domiciliar, dado que os indivíduos passam a priorizar outros aspectos da vida, muitas vezes não influenciados pelo crescimento econômico, além da ocorrência de aumento dos custos sociais, como violência e poluição (LIMA, 2007; KENNY, 2005, DIENER; SUH, 1997).

Como exemplificação, Lima (2007) e Kenny (2005) citam o fato de o grande crescimento econômico vivenciado pelos EUA não ter sido acompanhado pelo aumento da satisfação dos moradores daquele país. Isso se deve ao fato de que, normalmente, a satisfação dos indivíduos é adaptada ao nível de renda, fazendo com que seu aumento seja mais valorizado no início do que depois de incorporado aos rendimentos, quando os indivíduos já adaptaram suas expectativas ao novo padrão de vida. Ao longo do tempo, o indivíduo adapta suas necessidades e expectativas a esse novo volume de renda, diminuindo o efeito inicial verificado ou talvez até anulando-o.

Estatisticamente, há um pequeno caráter explicativo das variáveis renda e consumo, quando se trata de estudos sobre as condições de vida e bem-estar, além de uma fraca correlação entre indicadores objetivos e subjetivos. Principalmente nas sociedades modernas, cada vez mais a renda tem se apresentado descolada dos

indicadores multidimensionais. Isso ocorre porque não se trata apenas de uma condição econômica, mas de uma condição social, que abrange todos os aspectos da vida humana (VEENHOVEN, 2001).

Por isso, no que tange à avaliação de políticas públicas, os indicadores multidimensionais vêm como uma alternativa de incorporação ao modelo tradicional, a fim de acrescentar profundidade e robustez à análise. As políticas sociais não podem se limitar ao âmbito material do indivíduo, mas devem melhorar as condições de vida como um todo e promover o bem-estar, já que o progresso na vida dos seus beneficiários nem sempre pode ser medido pela renda (VEENHOVEN, 2001).

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa objetiva responder à seguinte pergunta: As diferentes composições dos arranjos domiciliares brasileiros podem ser associadas a diferentes condições de vida, conforme o tipo de indicador utilizado?

A hipótese em que se baseia o estudo é de que o tipo de arranjo domiciliar modifica as condições de vida de um grupo de indivíduos, tal como a avaliação destes sobre suas condições de vida, de modo a existir um descolamento entre os níveis de bem-estar auferidos através da renda e através de indicadores multidimensionais objetivos e subjetivos.

Assim, este estudo pretende verificar as diferenças nas condições de vida dos arranjos domiciliares brasileiros, medidos seja pela renda, seja por indicadores multidimensionais, a partir da técnica microeconômica conhecida como Logit Ordenado, que permitirá captar se existe alguma associação entre a variável independente – arranjo domiciliar – e as variáveis dependentes – nível de renda, indicadores multidimensionais objetivo e subjetivo.

Para tanto, utiliza-se os microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE descritos na próxima seção. Todo o processo de tratamento do banco de dados, construção de variáveis e análise foi feito através do programa estatístico STATA.

3.1 A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)

Para este trabalho foram utilizados os dados da pesquisa realizada entre os dias 19 de maio de 2008 e 18 de maio de 2009, em todo o território nacional, por amostragem, através da aplicação de sete questionários: POF 1 – Questionário de Características do Domicílio e dos Moradores; POF 2 – Questionário de Aquisição Coletiva; POF 3 – Caderneta de Aquisição Coletiva; POF 4 – Questionário de Aquisição Individual; POF 5 – Questionário de Trabalho e Rendimento Individual;

POF 6 – Avaliação das Condições de Vida; e POF 7 – Bloco de Consumo Alimentar Pessoal.

Durante o período de coleta, cada domicílio foi acompanhado por nove dias, sendo que no primeiro dia ocorreu a abertura do questionário POF 1 e a coleta de dados sobre o domicílio. Nos sete dias seguintes, foram coletadas informações sobre despesas, rendimentos, quantidades de alimentos, posse de bens duráveis e outros relacionados. O nono dia é caracterizado pelo fechamento da coleta de dados sobre despesas e rendimentos, além da aplicação do questionário POF 6, sobre condições de vida e o encerramento da entrevista.

As datas de referência para obtenção das informações sobre despesas consideraram que despesas de menor valor ocorrem com maior frequência e que as despesas de maior valor geram memória de longo prazo. Assim, foram estipulados quatro períodos de referência para obtenção das informações: 7 dias, 30 dias, 90 dias e 12 meses, variando de acordo com a frequência e o valor da aquisição. Quanto aos rendimentos, é utilizado um período de 12 meses para seu registro.

Ao fim da pesquisa, 55.970 domicílios foram entrevistados, dando aos resultados representatividade para análises das regiões metropolitanas, das áreas urbanas e rurais das grandes regiões e das populações totais e urbanas dos estados. Vale dizer que isso torna a POF pertinente a esta pesquisa, que tratará de uma análise de âmbito nacional, sem maiores delimitações regionais.

É importante dizer que esta não é a primeira pesquisa desse tipo realizada no país. Na verdade, a primeira pesquisa que focava os rendimentos e o consumo da população ocorreu em meados de 1970: o Estudo Nacional de Despesas Familiares (ENDEF). Porém, devido a seu alto custo, criou-se a POF, de caráter menos detalhista que o ENDEF, porém como melhor fonte de dados sobre consumo e rendimento (DINIZ *et al.*, 2007).

Todas as POFs têm como similaridade o tempo de duração: foram a campo por 12 meses e tinham como período de referência os 12 meses anteriores (DINIZ *et al.*, 2007). Porém, comparativamente às POFs já realizadas, verificam-se as seguintes mudanças:

1987-1988: a POF foi realizada apenas nas nove regiões metropolitanas oficiais, além das cidades de Goiânia e Brasília. Perguntava-se apenas sobre as despesas e os rendimentos monetários, além das características do domicílio e do indivíduo.

1995-1996: acrescentaram-se à POF perguntas sobre a quantidade de alimento adquirida.

2002-2003: A POF adquiriu abrangência geográfica nacional. Além disso, foi acrescentado ao formato antecedente a coleta de dados sobre medidas antropométricas, além de despesas e rendas não monetárias, assim como o questionário sobre condições de vida.

Neste trabalho em questão, são utilizados os seguintes questionários: POF 1 (Questionário de Características do Domicílio, composto por 55.970 entrevistas) e POF 2 (Questionário de Características das Pessoas, composto por 190.159 entrevistas), de onde foram extraídas as informações que nos permitiu construir a variável explicativa “arranjo domiciliar”, a variável explicada “nível de renda” e as variáveis de controle que se fizeram necessárias. O questionário POF 6 (Avaliação das Condições de Vida, composto por 55.412 domicílios) também foi utilizado, pois contém as informações que permitiram a construção das também variáveis dependentes “condições de vida objetivas” e “condições de vida subjetivas”.

Ao construir o banco de dados a ser trabalhado, fez-se necessário mesclar os bancos de dados individuais da POF. Para tanto, foi preciso identificar suas variáveis de controle, ou seja, aquelas presentes em todos os bancos de dados, que servem para identificar o domicílio entrevistado.

Os bancos de dados individuais foram organizados e mesclados. Ao final do processo, foi identificado que cerca de 2% do questionário Domicílio e Pessoas não haviam respondido o questionário Condições de Vida, fazendo com que fossem excluídos da base de dados final, que ficou com 189.790 indivíduos distribuídos em 55.412 domicílios.

Para realizar a análise de âmbito nacional, fez-se necessário aplicar a variável “fator de expansão da amostra” às outras variáveis. Assim, a POF se tornou

estatisticamente significativa em nível nacional: o número de indivíduos que responderam à pesquisa passou a corresponder ao número de habitantes do país.

3.2 A construção variável independente: os arranjos domiciliares

A variável categórica @044 COD_REL_PESS_REFE_UC, que representa a condição do indivíduo na unidade de consumo, assume os valores 1 para chefe, 2 para cônjuge, 3 para filho, 4 para outro parente e 9 para outras relações sem parentesco, como agregado, pensionista, empregado doméstico, parente do empregado doméstico. O agrupamento realizado se justifica pela pouca representatividade na amostra da categoria outros.

A partir dessa variável, são criados os arranjos domiciliares apresentados no QUADRO 1:

QUADRO 1 – Composição dos arranjos domiciliares brasileiros construídos

Arranjo	Composição
Unipessoal	Chefe
Unipessoal com outro(s) parente(s) e/ou indivíduo(s)	Chefe, outro(s) parente(s) e/ou indivíduo(s) sem relação de parentesco
Casal	Chefe, cônjuge
Casal com outro(s) parente(s) e/ou indivíduo(s)	Chefe, cônjuge, outro(s) parente(s) e/ou indivíduo(s) sem relação de parentesco
Monoparental somente com filho(s) de até 14 anos de idade	Chefe, filho(s) de idade menor ou igual a 14 anos
Monoparental com filho(s) de até 14 anos de idade e outro(s) parente(s) e/ou indivíduo(s)	Chefe, filho(s) de idade menor ou igual a 14 anos, outro(s) parente(s) e/ou indivíduo(s) sem relação de parentesco
Monoparental com presença de filho(s) maior de 14 anos de idade	Chefe, pelo menos um filho maior de 14 anos de idade
Monoparental com presença de filho(s) maior de 14 anos de idade e outro(s) parente e/ou indivíduo(s)	Chefe, pelo menos um filho maior de 14 anos de idade, outro(s) parente(s) e/ou indivíduo(s) sem relação de parentesco
Biparental somente com filho de até 14 anos de idade	Chefe, cônjuge, filho de idade menor ou igual a 14 anos
Biparental com filho de até 14 anos de idade e outro(s) parente(s) e/ou indivíduo(s)	Chefe, cônjuge, filho de idade menor ou igual a 14 anos, outro(s) parente(s) e/ou indivíduo(s) sem relação de parentesco
Biparental com presença de filho(s) maior de 14 anos de idade	Chefe, cônjuge, pelo menos um filho maior de 14 anos de idade
Biparental com presença de filho(s) maior de 14 anos de idade e outro(s) parente(s) e/ou indivíduo(s)	Chefe, cônjuge, pelo menos um filho maior de 14 anos de idade, outro(s) parente(s) e/ou indivíduo(s) sem relação de parentesco

Fonte: elaboração própria

Da amostra inicial de 55.412 domicílios, 14 domicílios ficaram sem identificação de um tipo específico de arranjo. Por tratar-se de uniões homoafetivas, devido à baixa

representatividade, estes domicílios não foram classificados, e a pesquisa passou a trabalhar com 55.398 arranjos.

Após a construção dos arranjos, são criadas variáveis *dummies* para mensurar a diferença de condição de vida entre arranjos de composições domiciliares distintas, conforme a presença ou não de determinado membro (outro parente/indivíduo, cônjuge, filho), como exposto no QUADRO 2:

QUADRO 2 - Construção de *dummies* indicadoras de variação de composição domiciliar nos arranjos brasileiros

Variação da composição domiciliar	<i>Dummy</i>	Arranjo atribuído a zero (0)	Arranjo atribuído a um (1)
Presença de outro parente/indivíduo	Unipoutro	Unipessoal	Unipessoal e outro indivíduo/parente
	Casaloutro	Casal	Casal e outro indivíduo/parente
	Monoooutro14	Monoparental com filho de até 14 anos	Monoparental com filho de até 14 anos e outro indivíduo/parente
	Monoooutro15	Monoparental com presença de filho maior de 14 anos	Monoparental com presença de filho maior de 14 anos e outro indivíduo/parente
	Bioutro14	Biparental com filho de até 14 anos	Biparental com filho de até 14 anos e outro indivíduo/parente
	Bioutro15	Biparental com presença de filho maior de 14 anos	Biparental com presença de filho maior de 14 anos e outro indivíduo/parente
Presença de cônjuge	Unipcasal	Unipessoal	Casal
	Bimono14	Monoparental com filho de até 14 anos	Biparental com filho de até 14 anos
	Bimono15	Monoparental com presença de filho maior de 14 anos	Biparental com presença de filho maior de 14 anos
Filho de até 14 anos	Unipmono14	Unipessoal	Monoparental com filho de até 14 anos
	Casalbi14	Casal	Biparental com filho de até 14 anos
Filho maior de 14 anos	Unipmono15	Unipessoal	Monoparental com presença de filho maior de 14 anos
	Casalbi15	Casal	Biparental com presença de filho maior de 14 anos
	Mono_id	Monoparental com filho de até 14 anos	Monoparental com presença de filho maior de 14 anos
	Bi_id	Biparental com filho de até 14 anos	Biparental com presença de filho maior de 14 anos

Fonte: elaboração própria.

Cada *dummy* construída apresenta arranjos distintos quanto à composição domiciliar final, apesar de partirem de uma formação preliminar igual. No caso da identificação de efeitos associados à presença de outro parente/indivíduo no domicílio, por exemplo, a variável *dummy* bioutro14 compara dois tipos de arranjos que inicialmente apresentam a mesma característica: um chefe, um cônjuge e filho

menor de 14 anos. Porém, o segundo arranjo, que assume o valor 1 na *dummy*, tem, além desses componentes, a presença de outro parente/indivíduo.

Em todas as *dummies* construídas para verificação do efeito da presença do cônjuge existem dois tipos de arranjos distintos. Um arranjo é formado por domicílios onde o chefe não é acompanhado pela presença do cônjuge e assume o valor zero. No outro arranjo, é possível a presença conjunta de chefe e cônjuge, e este grupo assume o valor 1. Como exemplo, verifica-se na *dummy* unipcasal, a comparação entre os arranjos unipessoais (=0) e casais (=1).

A variável *dummy* casabi14, composta por 2 tipos de arranjos distintos, é um exemplo de variável construída a fim de testar a presença de filho. Nesse caso, o primeiro arranjo, que assume valor zero, é composto por domicílios cuja composição apresenta apenas chefe e cônjuge. O segundo arranjo, que assume valor 1, tem na sua composição, além do chefe e do cônjuge, a presença de filho de idade inferior a 14 anos.

Para entender melhor os arranjos criados, faz-se necessário identificar suas características intrínsecas. Essas características fazem parte do modelo como variáveis de controle, sendo aquelas que podem interferir ou enviesar o efeito causado pelo arranjo na variável dependente, conforme discute-se a seguir.

3.3 Variáveis de controle

Foram escolhidas como variáveis de controle aquelas que, de acordo com a disponibilidade da base de dados utilizada, permitissem eliminar o máximo de diferença existente entre os domicílios e seus chefes. Assim, as comparações entre arranjos ocorrem entre grupos com a maior semelhança possível, garantindo que o resultado do modelo microeconômico se apresente livre do efeito que a diferença nessas variáveis secundárias pode causar na relação testada entre os tipos de arranjo e as condições de vida.

As variáveis de controle dos domicílios escolhidas foram a quantidade de moradores e a renda monetária mensal. A variável de controle @045 QTD_MORADOR_DOMC corresponde à quantidade de moradores de cada domicílio, cujos valores vão de 1 a

20 indivíduos. Já a variável contínua @084 RENDA_BRUTA_MONETARIA refere-se à renda monetária mensal do domicílio.

A partir desta variável, foi construída a variável da renda familiar per capita através da fórmula

$$@084 \text{ RENDA_BRUTA_MONETARIA} / @045 \text{ QTD_MORADOR_DOMC}$$

para expurgar o efeito composição da variável original e poder ser utilizada como controle no modelo.

Como variáveis de controle das características da chefia, foram escolhidas a idade, o sexo e os anos de estudo. O sexo é representado pelas opções homem e mulher. A idade calculada em anos é obtida através da variável @060 IDADE_ANOS, cujos valores oscilam entre 0 e 104 anos. Os anos de estudo de cada indivíduo da amostra correspondem à variável @096 ANOS_DE_ESTUDO de intervalo entre zero (0) e 15, sendo que o zero (0) indica que o indivíduo não tem nenhum ano de estudo e 15 corresponde a quinze ou mais anos de estudo.

Passa-se agora para a definição das variáveis dependentes, indicadoras das condições de vida dos arranjos domiciliares.

3.4 A variável dependente renda

O indicador de nível de renda foi construído a partir da variável de renda familiar per capita, com os seguintes valores:

0 – quando a renda familiar per capita está entre zero e $\frac{1}{4}$ salário mínimo² (menor nível de renda);

1 – quando a renda familiar per capita está acima de $\frac{1}{4}$ até um salário mínimo (nível baixo de renda);

2 – quando a renda familiar per capita está acima de um salário mínimo até 1,5 salários mínimos (nível médio de renda);

² O salário mínimo da época em que a POF foi realizada era R\$ 415,00.

3 – quando a renda familiar per capita está acima de 1,5 salários mínimos até quatro salários mínimos (nível alto de renda);

4 – quando a renda familiar per capita está acima de quatro salários mínimos (nível mais alto de renda).

A escolha do corte salarial para a pesquisa em questão baseia-se no fato de que a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) vale-se exatamente do corte salarial para classificar quem são os indivíduos passíveis de ajuda governamental: “Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário-mínimo” (BRASIL, 1993, p. 1).

Em seguida, parte-se para a criação de uma variável que retrate as condições de vida reportada pelos entrevistados da POF. Por ser uma variável que abarca diversas dimensões, fez-se necessário a criação de um índice.

3.5 Variáveis dependentes: índices multidimensionais de condições de vida

A construção de índices surge como uma alternativa de análise dos indicadores multidimensionais, pois consiste na junção de vários indicadores unidimensionais em um único índice sintético, com o objetivo de retratar, num único valor, os valores referentes aos indicadores individuais (SOARES, 2009; BARROS, CARVALHO; FRANCO, 2006).

Para a construção dos índices, é necessário, primeiramente, escolher as dimensões que serão abordadas e quais variáveis irão retratá-las. Esse primeiro estágio é o mais importante e também o mais difícil, já que não existe literatura suficiente que embase tais escolhas. Por isso, acaba-se definindo as variáveis de acordo com a disponibilidade da base de dados, de maneira arbitrária (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006). Deve-se também tomar o cuidado de não acrescentar um número muito grande de variáveis, que podem causar problemas de correlação (SOARES, 2009).

Em nosso estudo, para mensurar as condições de vida de forma objetiva e subjetiva, foi feita uma análise do Questionário sobre Condições de Vida da POF. Neste

questionário, encontram-se diversas questões sobre vários aspectos da vida das pessoas, como rendimento, alimentação, moradia, serviços de utilidade pública, ora objetiva (existir ou não algum bem, recurso ou problema), ora subjetiva (qual a avaliação feita deste mesmo bem ou recurso).

Como pode ser visto no QUADRO 3, para a construção do indicador subjetivo, foram selecionadas perguntas que abarcam a avaliação que o indivíduo faz sobre a renda domiciliar, a alimentação, o serviço de saúde e de educação, além das condições da moradia em ele e os outros integrantes deste domicílio vivem. A construção do indicador multidimensional objetivo utilizou-se das perguntas presentes no Quadro 3 que permitiram inferir se o domicílio em questão tem ou não acesso à renda necessária para arcar com suas despesas através da existência ou não de dívidas, além de captar se o domicílio tem ou não acesso à alimentação, aos serviços de saúde e educação e se a existência ou não de problemas estruturais, infere-se se há ou não condições de moradia.

QUADRO 3 – Construção de *dummies* para os diversos aspectos da vida que abarcam os indicadores multidimensionais

Pergunta	Respostas atribuídas ao valor zero (0)	Respostas atribuídas ao valor um (1)
CONSTRUÇÃO DO INDICADOR MULTIDIMENSIONAL SUBJETIVO		
Em sua opinião, a RENDA total de sua família permite que você (s) leve (m) a vida até o fim do mês com...	Muita dificuldade, dificuldade, pouca dificuldade	Muita facilidade, facilidade, pouca facilidade
Das afirmativas a seguir, qual aquela que melhor descreve o tipo de ALIMENTO consumido por sua família?	Nem sempre do tipo que quer, raramente do tipo que quer	Sempre do tipo que quer
Como avalia as condições de moradia de sua família em relação ao SERVIÇO DE SAÚDE	Ruim	Bom
Como avalia as condições de moradia de sua família em relação ao SERVIÇO DE EDUCAÇÃO	Ruim	Bom
Em sua opinião, as condições de MORADIA de sua família são...	Ruim	Boas, satisfatórias
CONSTRUÇÃO DO INDICADOR MULTIDIMENSIONAL OBJETIVO		
Nos últimos 12 meses, sua família atrasou o PAGAMENTO de alguma das seguintes despesas? Aluguel/prestação da casa/apartamento ou água/eletricidade/gás ou prestações de bens/serviços	Sim	Não
Das afirmativas a seguir, qual é aquela que melhor descreve o tipo de ALIMENTO consumido por sua família?	Normalmente não é suficiente, às vezes não é suficiente	Sempre é suficiente
Como avalia as condições de moradia de sua família em relação ao serviço de SAÚDE	Não tem	Bom, ruim
Como avalia as condições de moradia de sua família em relação ao serviço de EDUCAÇÃO	Não tem	Bom, ruim
Há algum dos seguintes problemas no seu DOMICÍLIO? Pouco espaço/telhado com goteira/fundação, paredes, chão úmidos	Sim	Não

Fonte: elaboração própria

A partir daí, conforme se vê no Quadro 3, foram criadas variáveis *dummies* para cada dimensão, onde o valor zero (0) foi assumido para as respostas que indicassem uma avaliação negativa e a inexistência de recursos/bens/problemas. O valor um (1) foi assumido para as respostas associadas às avaliações positivas e existência de recursos/bens/problemas.

Em seguida, foi necessário decidir sobre a ponderação para a agregação das variáveis. Apesar de as pessoas serem capazes de ordenar as dimensões escolhidas em termos de essencialidade/importância, normalmente, as pesquisas realizadas não fornecem esse tipo de informação. Para evitar dar ao índice ainda mais subjetividade, não se utiliza pesos, dando a cada dimensão uma mesma proporcionalidade na construção do índice (SOARES, 2009).

Por fim, deve-se escolher o método para agregação. Em nosso caso, como cada dimensão é representada por uma variável, a agregação se deu de forma simples, por soma:

$$I_{\text{subjetivo}} = \text{renda} + \text{alimento} + \text{condições de moradia} + \text{serviço de educação} + \text{serviço de saúde}$$

$$I_{\text{objetivo}} = \text{alimento} + \text{ausência de dívidas} + \text{ausência de problemas de moradia} + \text{serviço de educação} + \text{serviço de saúde}$$

onde os valores encontrados variam entre zero (0) e cinco (5), sendo que zero (0) é o valor mínimo assumido, correspondente ao menor nível possível avaliação positiva medido pelo indicador subjetivo e ao menor nível de ocorrência dos aspectos da vida medidos pelo indicador objetivo, enquanto que cinco (5) é o valor máximo assumido por ambos indicadores, sendo este o melhor nível possível.

Inicialmente, através da construção dos índices multidimensionais, podemos analisar como os diferentes arranjos domiciliares se distribuem pelos diversos níveis de avaliação – no caso do indicador subjetivo – e de acessibilidade, no caso do indicador objetivo, às condições de vida. O interesse desta pesquisa, porém, não é apenas verificar qual é o nível de condições de vida dos domicílios, mas observar como a ocorrência destes níveis varia de acordo com os tipos de arranjo domiciliar. Por se tratar de variáveis que apresentam uma ordenação natural entre si, o modelo

estatístico mais adequado para testar a relação entre as variáveis é o modelo Logit Ordenado.

3.6 O método de análise: modelo microeconômico Logit Ordenado

Modelos com variáveis dependentes binárias objetivam estimar a probabilidade de sucesso ou insucesso de determinado evento, condicionado a outras variáveis explicativas, de modo que o resultado seja 1 ou 0 (CAMERON; TRIVEDI, 2005). Matematicamente, a chance probabilística de sucesso/insucesso é dada pela função de distribuição de probabilidade Bernoulli:

$$\Pr (y|p) = p^y (1-p)^{1-y}$$

onde o sucesso é $\Pr (y=1) = p$ e o insucesso, $\Pr (y=0) = 1-p$.

Esse tipo de análise, se realizada através de uma regressão estimada pelo método de Mínimos Quadrados Ordinários, pode gerar resultados tendenciosos, pois não há garantia de que as probabilidades preditas estarão no intervalo de 0 a 1, o que pode subestimar ou superestimar a verdadeira inclinação da reta de distribuição das variáveis Y em relação às variáveis X.

Os modelos Probit e Logit surgem como uma alternativa, já que, baseados numa função de probabilidade acumulada, restringem os valores preditos no intervalo entre 0 e 1, gerando estimadores não tendenciosos, e linearizam a variável dependente, suavizando os extremos. A estimação dos coeficientes é feita pelo método de máxima verossimilhança. Especificamente no modelo Logit, há uma transformação logística da probabilidade de sucesso a fim de linearizar a variável (CAMERON; TRIVEDI, 2005).

Quanto aos resultados encontrados, apenas o sinal dos coeficientes é analisado, pois indica a direção da relação entre as variáveis. Os valores não podem ser interpretados quantitativamente, porque o modelo é não linear. Uma alternativa analítica é exponenciar os valores dos coeficientes, obtendo a *Odds Ratio*, que indica a “chance” da variável dependente ocorrer dado à ocorrência da variável

explicativa. Sabendo que $odds = p/(1-p)$, tem-se que *odds ratio* é a razão entre duas *odds*:

$$odds1/odds2 = [p1/ (1-p1)]/ [p2/ (1-p2)]$$

de tal forma que para valores iguais a 1 tem-se que a probabilidade de sucesso é igual à probabilidade de insucesso. A probabilidade de sucesso é menor que a probabilidade de insucesso quando os valores são menores que 1, e valores maiores que 1 representam uma probabilidade de sucesso maior que a probabilidade de insucesso.

Os modelos como o Logit Ordenado são um desdobramento dos modelos binários. São utilizados sempre que as variáveis discretas são categóricas e multinominais – com mais de duas categorias –, e que apresentem, além de independência entre as respostas, hierarquia ou ordem entre elas, de caráter ordinal, indicando que uma seja preferível à outra, havendo, portanto, a indicação da posição relativa das opções de resposta, mas não da diferença entre elas. Assim, a diferença entre elas não é nada mais que a ordem em que se apresentam.

O modelo Logit Ordenado é calculado por probabilidades acumuladas, em que há a combinação de vários modelos binários rodados simultaneamente para cada variável resposta, retratadas no modelo pelos pontos de corte, testando a chance de ela pertencer a alguma categoria, até a categoria final, que admite probabilidade acumulada igual a 1. Como exemplo, num modelo com três respostas ordenadas, o primeiro teste binário testa a chance de ela estar até a categoria 1, o segundo testa a chance de estar até a categoria 2. A chance de estar até a categoria 3, que é a última do modelo, é igual a 1. O coeficiente que indica a relação entre a variável independente e a chance de 1 ocorrer em relação às outras é o mesmo coeficiente que se obtém ao se analisar a chance de 2 ocorrer em relação às outras anteriores.

Desse modo, a análise da razão de chance é feita tomando-se uma categoria como base em relação às anteriores. Isso é resultado do pressuposto de chances proporcionais do modelo: a variação ocorrida na variável independente é a mesma para todas as categorias da variável resposta, pois o valor do coeficiente é geral, não indexado pelas categorias. Desse modo, diferencia-se apenas a chance de estar em cada uma das categorias em relação às outras anteriores.

A equação geral do modelo pode ser escrita como:

$$y(n) = \beta_0 + \beta_1x_1 + \beta_2x_2 + \beta_3x_3 + \dots + \beta_nx_n$$

onde:

$y(x)$ = variável dependente

x_n = variáveis explicativas

Assim, os modelos utilizados neste trabalho são:

$y(x) = \beta_0 + \beta_1\text{arranjo} + \beta_2 \text{ n_morador} + \beta_3 \text{ idade} + \beta_4 \text{ anos_est} + \beta_5 \text{ sexo}$, para a variável dependente nível de renda

$y(x) = \beta_0 + \beta_1\text{arranjo} + \beta_2 \text{ n_morador} + \beta_3 \text{ idade} + \beta_4 \text{ anos_est} + \beta_5 \text{ sexo} + \beta_6$
renda familiar per capita, para as variáveis dependentes lobjetivo e lsubjetivo

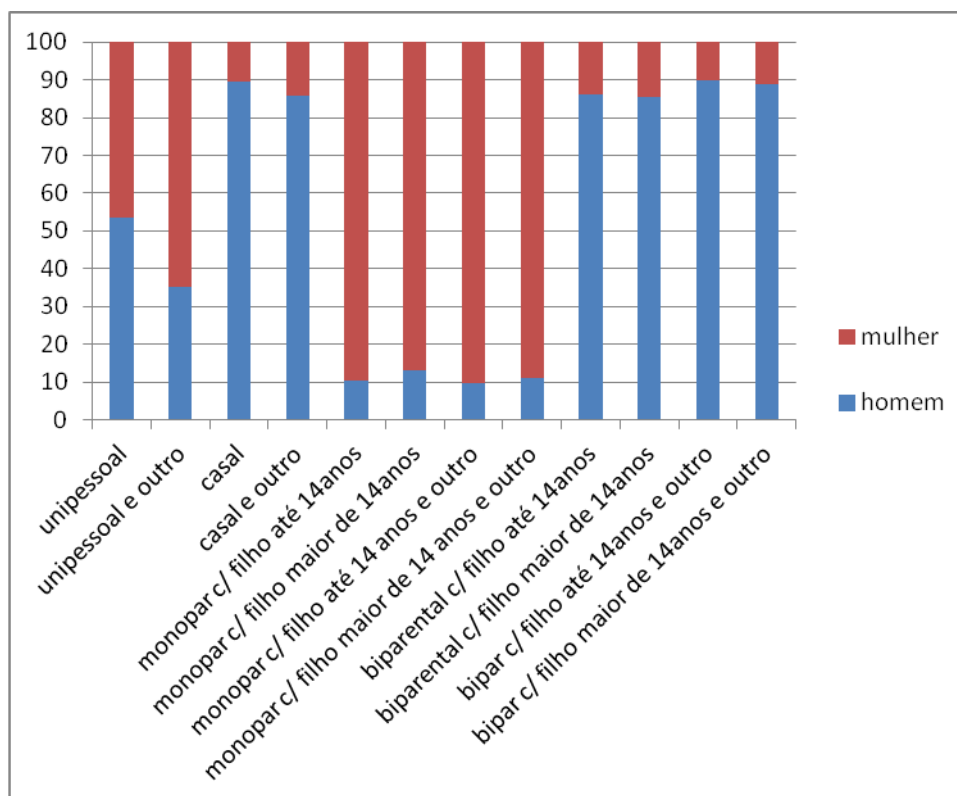
4 ANÁLISE DESCRITIVA

Este capítulo apresenta os resultados da análise descritiva das variáveis independentes e dependentes utilizadas no modelo microeconômico, que testa a relação entre os tipos de arranjos domiciliares e indicadores de condição de objetivos e subjetivos de condições de vida.

4.1 Variáveis Independentes: os arranjos domiciliares

Quanto à construção dos arranjos, fazem-se as seguintes observações sobre a diferenciação do sexo da chefia conforme se verifica no GRAF. 1:

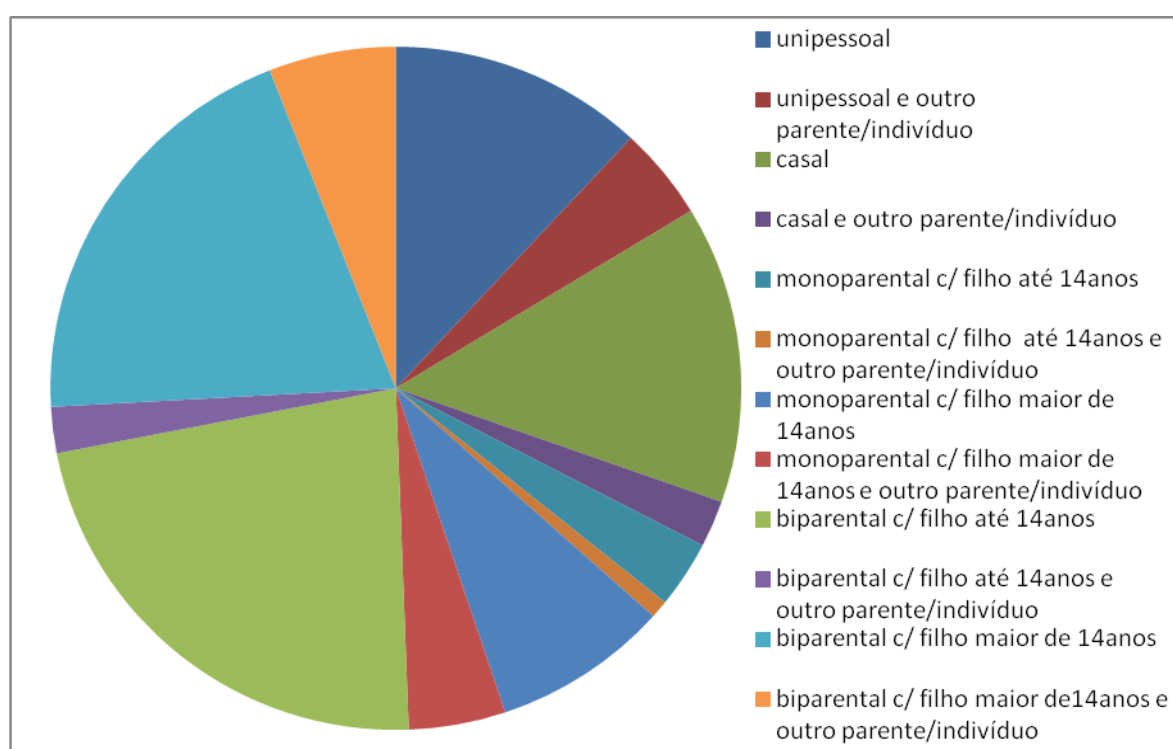
GRÁFICO 1 - Distribuição percentual dos arranjos domiciliares quanto o sexo da chefia, Brasil, 2009



Fonte dos dados básicos: POF 2008-2009.

A variável categórica “SEXO” apontou uma distribuição de chefia mais ou menos equitativa entre homens e mulheres apenas nos arranjos unipessoais. Nos arranjos biparentais e casais há uma quase unanimidade de chefia masculina, enquanto que os arranjos monoparentais são quase que exclusivamente chefiados por mulheres. Por isso, não justifica neste estudo a discriminação dos arranjos por sexo: estes estão agrupados, independente do sexo de quem os chefia. Os arranjos a serem investigados estão dispostos no GRAF. 2:

GRÁFICO 2 - Distribuição percentual dos arranjos domiciliares - Brasil, 2009



Fonte dos dados básicos: POF 2008-2009

Os arranjos biparentais são maioria, pois representam metade da amostra. Juntamente com os arranjos monoparentais, presentes em 17% do total dos domicílios entrevistados, vê-se que mais de 67% dos arranjos possuem filhos. Os arranjos sem filhos são os 32% restantes, equitativamente divididos entre arranjos unipessoais e casais. A presença de outro parente e/ou indivíduo ocorre em 20% dos domicílios, sendo mais prevalente nos arranjos monoparentais com presença de filhos maiores de 14 anos, e menos significativo nos arranjos biparentais com filhos de até 14 anos.

Faz-se agora uma análise desses mesmos arranjos em relação às variáveis de controle das características da chefia e do domicílio, através da observação da TAB. 2:

TABELA 2 - Algumas características médias dos arranjos domiciliares brasileiros e de sua chefia – Brasil, 2009

Arranjos	Qto ao chefe		Qto ao arranjo	
	Idade	Anos de estudo	Nº moradores	RPCF (R\$)
Unipessoal	53,4	6,24	1	1524,41
Unipessoal e outro parente/indivíduo	49,7	7,25	2,7	842,21
Casal	49,8	6,73	2	1185,85
Casal e outro parente/indivíduo	55	5,35	3,4	730,86
Monoparental c/ filho de até 14 anos	35,2	8,32	2,1	479,16
Monoparental c/ filho de até 14 anos e outro parente/indivíduo	54	9,4	2,8	591,78
Monoparental c/ filho maior de 14 anos	38	6,44	4	781,4
Monoparental c/ filho maior de 14 anos e outro parente/indivíduo	59,11	5,38	4,8	513,8
Biparental filho de até 14 anos	36,8	7,85	5,19	657,05
Biparental filho de até 14 anos e outro parente/indivíduo	55,2	8,19	5,9	607,45
Biparental filho maior de 14 anos	35,1	6,68	3,8	763,99
Biparental filho maior de 14 anos e outro parente/indivíduo	50,3	4,91	4,2	508,68
Amostra	47,7	7,4	3,3	1042,14

Fonte dos dados básicos: POF 2008-2009

Em média, os arranjos unipessoais possuem renda per capita familiar alta. Sua chefia é envelhecida, de nível educacional intermediário, correspondente a seis anos de estudo, ou seja, ensino fundamental incompleto. A presença de outro indivíduo/parente no arranjo é acompanhada pela diminuição da renda familiar per capita do domicílio e da idade da chefia. Em contrapartida, os chefes que vivem acompanhados por outro parente/indivíduo são mais estudados que aqueles que vivem sozinhos (arranjo unipessoal).

Os casais também têm renda familiar per capita alta. A chefia é envelhecida, com ensino fundamental incompleto, pois têm, em média, quase 7 anos de estudo. Essas características se alteram quando ocorre a presença de outro indivíduo/parente no arranjo, pois há uma diminuição da renda familiar per capita, além de redução maior que 1 ano nos anos de estudo do chefe do domicílio. A idade média da chefia aumenta.

Os arranjos monoparentais com filhos menores de 14 anos têm chefia adulta na faixa dos 35 anos, com ensino fundamental completo e renda per capita familiar baixa. A presença de outro parente/indivíduo nesse tipo de arranjo é acompanhada de um aumento em todas as características analisadas: a renda per capita familiar, a idade e a escolaridade do chefe do domicílio.

Monoparentais com filhos maiores de 14 anos têm, em média, 38 anos e formação escolar em torno de 6,5 anos. Esses domicílios apresentam renda per capita familiar de quase 2 salários mínimos vigente na época. A presença de outro parente/indivíduo na composição domiciliar é associada à diminuição da renda e da escolaridade do chefe. Em contrapartida, há um aumento da idade da chefia.

Biparentais com filhos menores de 14 anos têm chefia em torno de 36 anos, com mais de 7 anos de estudo e renda per capita familiar de 1,5 salários da época, em média. Quando há presença de outro parente/indivíduo no arranjo, verifica-se um aumento nos anos de estudo e na idade do chefe. No entanto, a renda familiar per capita diminui.

Biparentais com filhos maiores de 14 anos têm renda familiar per capita superior a 1,5 salários mínimos da época. A chefia tem, em média, 6,6 anos de estudo e 35 anos de idade. Nesses arranjos, a presença de outro parente/indivíduo é acompanhada de um aumento da idade da chefia. A escolaridade do chefe e a renda familiar per capita diminuem.

Na tentativa de captar os efeitos da presença de cônjuge num arranjo, casais foram comparados aos arranjos unipessoais. Viu-se que os casais apresentam menor renda familiar per capita, além de chefias mais jovens, mas com nível educacional igual aos chefes dos arranjos unipessoais.

A presença de cônjuge, na comparação entre arranjos monoparentais e biparentais com filhos menores de 14 anos, é associada à diminuição dos anos de estudo e da idade média da chefia, além do aumento da renda familiar per capita em torno de 50%. Quando os filhos têm mais de 14 anos, a comparação entre monoparentais e biparentais aponta para chefes mais jovens nesse último arranjo. As outras características se mantêm praticamente inalteradas.

Para verificar o efeito da existência de filhos, os arranjos unipessoais são comparados aos arranjos monoparentais. Vê-se que os monoparentais, independente da idade dos filhos, têm uma chefia mais jovem e uma menor renda familiar per capita, sendo que a redução na renda é maior se o filho for menor de 14 anos. A escolaridade dos chefes se mantém igual entre arranjos unipessoais e monoparentais com filhos maiores de 14, mas os anos de estudo aumentam se os monoparentais têm filhos menores de 14 anos.

O efeito da presença de filhos também é verificado na comparação entre casais e arranjos biparentais. Independente da idade dos filhos, os arranjos biparentais apresentam chefia mais jovem. A renda per capita familiar também é menor, principalmente quando os filhos são menores de 14 anos. A escolaridade varia apenas se o filho for menor de 14 anos, aumentando-se os anos de estudo do chefe do domicílio.

Comparando os arranjos monoparentais que têm filhos menores de 14 anos com aqueles que têm filhos maiores de 14 anos em sua composição, verifica-se que o aumento da idade do filho é associado a uma diminuição apenas nos anos de estudo da chefia. A idade do chefe aumenta, e a renda familiar per capita sobe quase 50%.

No caso dos arranjos biparentais, ter um filho maior de 14 anos no arranjo, em comparação à existência apenas de filhos menores de 14 anos é acompanhada de uma pequena redução na idade e nos anos de estudo da chefia. A renda familiar per capita, em contrapartida, aumenta.

Assim, pode-se afirmar que a presença de outro parente/indivíduo pode ser associada a um aumento da idade média do chefe – exceto no arranjo unipessoal – e do número de moradores, além de uma diminuição da renda – exceto nos monoparentais com filhos menores de 14 anos, onde a presença de outro parente/indivíduo pode complementar a renda familiar. Não se verifica um padrão no que tange à escolaridade.

As comparações realizadas entre arranjos que tinham ou não presença de cônjuge em sua composição não permitiram a identificação de um padrão. Porém, observou-se o impacto de um cônjuge mais representativo quando o filho é menor,

principalmente no que tange à renda: um aumento na renda familiar per capita é verificado quando há existência de cônjuge nos arranjos com filho menor de 14 anos. Isso pode indicar que há um aumento do suporte, seja pelo fato de comumente o homem auferir maiores rendas no mercado do que a mulher, seja pelo fato de que se ambos trabalharem, a renda total aumentam, mas diminui a escolaridade.

A presença de filhos, em todas as comparações realizadas, foi acompanhada de uma diminuição da idade da chefia e da renda, além do aumento no número de moradores. No caso da escolaridade, vê-se um aumento nos anos de estudo apenas quando há ocorrência de filhos menores de 14 anos. Isso pode estar relacionado ao fato de esses pais, por serem mais jovens, terem mais facilidade para estudar atualmente.

O aumento da idade dos filhos nos arranjos monoparentais e biparentais é associado à diminuição da escolaridade dos chefes, porém, ao aumento da renda do domicílio, indicando a participação deles no orçamento ou o fato de que os pais, sendo mais velhos, já se encontram bem posicionados no mercado, auferindo rendas adicionais devido ao fator experiência.

Os comportamentos acima apresentados apontam para a existência de características distintas de chefia e do próprio domicílio quando há mudanças de composição nos arranjos domiciliares. Isso corrobora a escolha feita no capítulo anterior dessas variáveis como controle, pois a inclusão delas no modelo permitirá diminuir o efeito dessas diferenças no resultado final.

Parte-se agora para a análise das variáveis dependentes, a fim de identificar suas particularidades e possíveis relações com a variável independente, os arranjos domiciliares.

4.2 Variáveis Dependentes: os indicadores das condições de vida

O presente trabalho utiliza três variáveis diferentes como indicativas de condições de vida: o nível de renda, um indicador multidimensional objetivo e outro de caráter subjetivo. Cada uma assume os seguintes valores, conforme o QUADRO 4:

QUADRO 4 - Descrição das variáveis dependentes de condição de vida

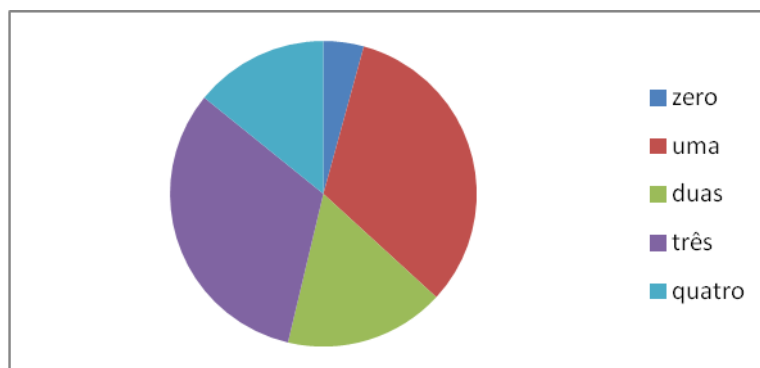
	Indicador de renda	Indicador multidimensional objetivo de condição de vida	Indicador multidimensional subjetivo de condição de vida
Composição	Renda per capita familiar	Renda, alimentação, moradia, educação, saúde	Renda, alimentação, moradia, educação, saúde
O que mede/capta	Rendimento familiar mensal per capita	O acesso ou não aos aspectos da vida: alimentação, educação, saúde. A ocorrência ou não de problemas em relação à renda e moradia.	A qualidade dos aspectos da vida
Níveis	0 - entre ausência de renda e ¼ salário mínimo per capita 1 - entre ¼ e 1 salário mínimo per capita 2 - entre 1 e 1,5 salários mínimos per capita 3 - entre 1,5 e 4 salários mínimos per capita 4 - acima de 4 salários mínimos per capita	0-inexistência de qualquer componente 1 - acesso a um componente 2 - acesso a dois componentes 3 - acesso a três componentes 4 - acesso a quatro componentes 5 - acesso a todos os componentes	0 - nenhuma avaliação positiva 1 - uma avaliação positiva 2 - duas avaliações positivas 3 - três avaliações positivas 4 - quatro avaliações positivas 5 - todas as avaliações positivas

Fonte: elaboração própria

Quanto à distribuição dos domicílios da amostra pelos níveis de cada indicador, vê-se que cada indicador apresenta uma distribuição bem particular ao observar os GRAF. 3, 4 e 5.

No GRAF. 3 é possível ver a distribuição do indicador de renda. Percebe-se uma ocorrência pequena de domicílios que vivem com o menor nível de renda. Os níveis mais frequentes são, contraditoriamente, 1 e 3, já que refletem condições salariais diferentes: o nível 1 está abaixo da média amostral, e o nível 3, acima. Pode-se dizer que, no que tange aos recursos financeiros, a amostra apresenta-se bem distribuída: pouco mais de 50% dos domicílios recebem até a renda média, que corresponde ao nível 2, ou seja, são detentores de renda familiar per capita mensal de até 1,5 salários mínimos.

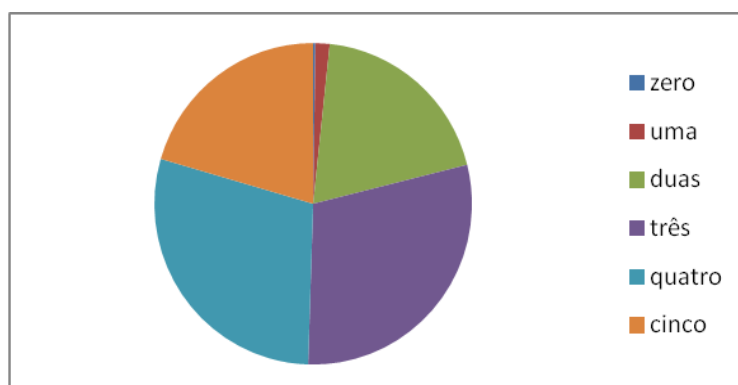
GRÁFICO 3 - Distribuição percentual dos domicílios pelos níveis de renda – Brasil, 2009



Fonte dos dados básicos: POF 2008-2009.

O indicador objetivo tem uma distribuição totalmente diferente, de acordo com o GRAF. 4, pois apresenta frequência praticamente inexistente para os menores níveis de acessibilidade, 0 e 1. Em contrapartida, mais de 75% da amostra têm níveis de acessibilidade maiores ou iguais a 3. Assim, vê-se que há uma boa acessibilidade dos domicílios da amostra a bens, recursos e serviços.

GRÁFICO 4 - Distribuição percentual dos domicílios pelos níveis objetivos de condições de vida – Brasil, 2009

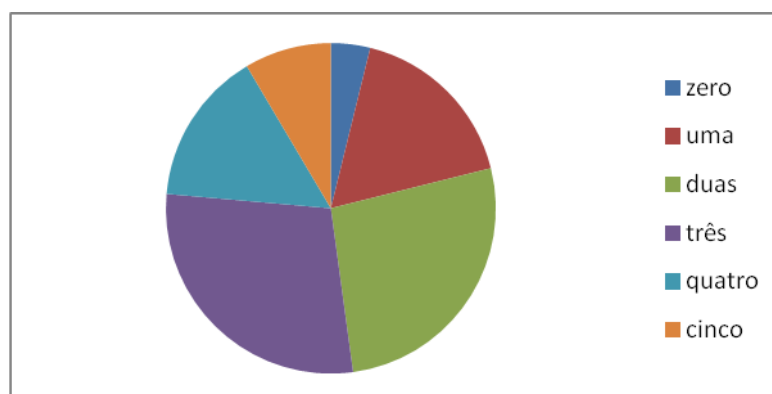


Fonte dos dados básicos: POF 2008-2009.

No GRAF. 5 vê-se que o indicador subjetivo tem uma pequena ocorrência de domicílios cuja avaliação das condições de vida corresponde à ausência total de satisfação. As respostas mais frequentes são nos níveis intermediários 2 e 3, que indicam avaliação positiva de dois ou três âmbitos da vida. Os domicílios encontram-

se bem distribuídos pelos níveis do indicador de avaliação: pouco mais de 50% deles reportam uma avaliação positiva maior ou igual a três aspectos da vida.

GRÁFICO 5 - Distribuição percentual dos domicílios pelos níveis subjetivos de condições de vida – Brasil, 2009



Fonte dos dados básicos: POF 2008-2009.

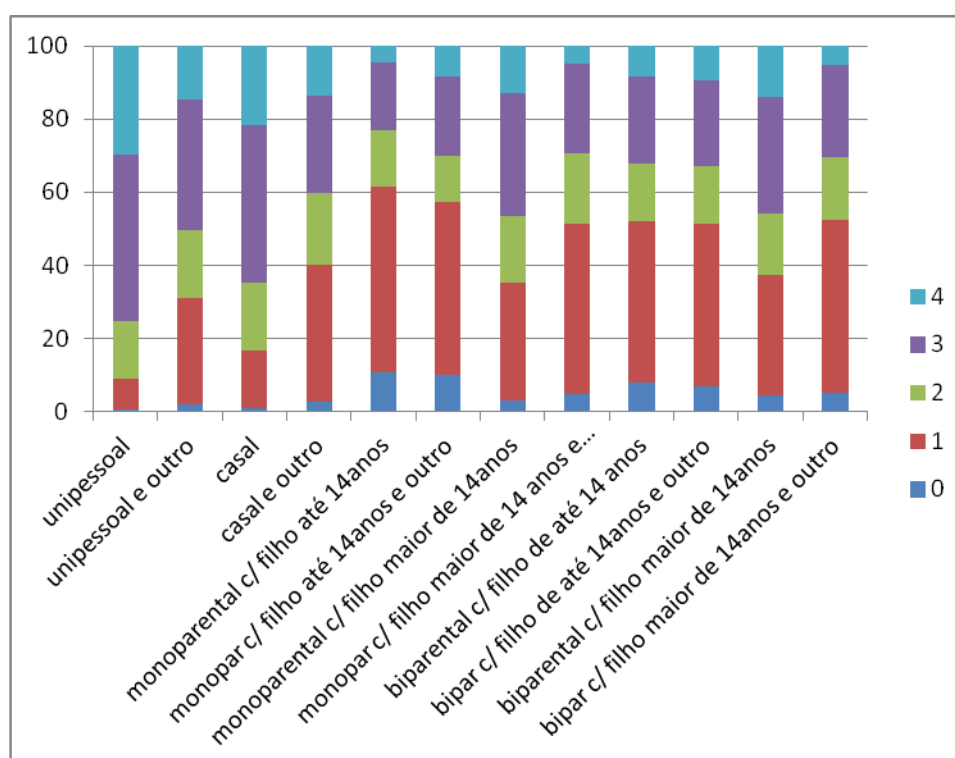
Comparativamente, os menores níveis de renda e de avaliação têm frequências muito parecidas. Além do que a distribuição de ocorrência das respostas apresenta maior variabilidade nestes indicadores do que aquela verificada no indicador objetivo, onde há uma concentração de respostas a partir do nível 2.

Após esta análise preliminar da distribuição da amostra pelos níveis de cada indicador, passa-se agora a uma análise mais detalhada, na qual se verifica a distribuição dos níveis dos indicadores por cada arranjo domiciliar estudado. Além disso, tenta-se identificar algumas tendências possíveis para os resultados do modelo a ser testado, quanto às mudanças encontradas na distribuição dos domicílios pelos níveis dos indicadores quando comparamos arranjos domiciliares de composições distintas conforme a ocorrência ou não de outro parente/indivíduo, cônjuge, filhos menores de 14 anos e filhos maiores de 14 anos no arranjo.

Ao analisar o indicador de renda e seu comportamento quando se compara a existência ou não de outro parente/indivíduo nos arranjos, através do GRAF. 6, vê-se que a presença de outro parente/indivíduo pode ser associada a uma mudança na distribuição dos domicílios pelos níveis do indicador em questão em todas as comparações feitas.

Em geral, arranjos que têm presença de outro parente/indivíduo apresentam – comparativamente aos que não têm – maior concentração de domicílios nos níveis mais baixos de renda. Exceção ocorre apenas na comparação realizada com os arranjos monoparentais e biparentais com filhos menores de 14 anos: enquanto a presença de outro indivíduo/parente é acompanhada pelo aumento da proporção de domicílios nos maiores níveis de renda nos monoparentais, a variação de composição domiciliar em questão não altera a distribuição dos arranjos pelos níveis de renda quando o arranjo é biparental.

GRÁFICO 6 - Comparação entre arranjos que tem ou não outro indivíduo/parente em sua composição quanto à distribuição dos domicílios que os compõem pelos níveis de renda – Brasil, 2009

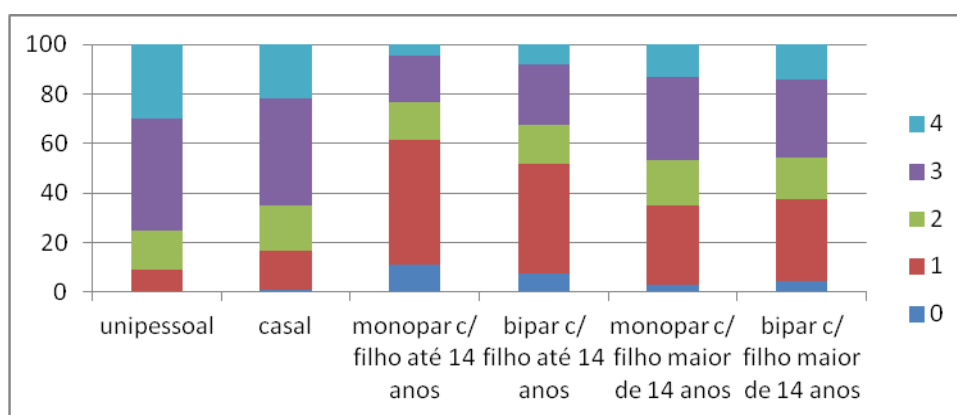


Fonte dos dados básicos: POF 2008-2009

Ao considerar a presença ou não de cônjuge na comparação entre os arranjos, através do GRAF. 7, vê-se que a distribuição dos domicílios pelos níveis de renda também se altera, mas sem um padrão identificado. A presença de cônjuge nos biparentais que têm filhos menores de 14 anos faz com que apresentem maior proporção de domicílios nos maiores níveis de renda, quando comparados aos

monoparentais com filhos na mesma faixa etária. Porém, não há uma variação na distribuição dos domicílios pelos níveis de renda quando se compara biparentais e monoparentais que têm filhos maiores de 14 anos. A presença de cônjuge nos casais é seguida pela menor proporção de domicílios nos maiores níveis de renda, se comparados aos arranjos unipessoais.

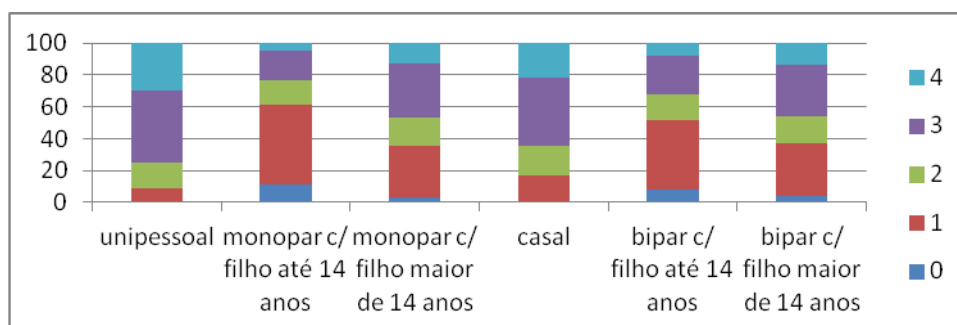
GRÁFICO 7 - Comparação entre arranjos domiciliares que tem ou não o cônjuge em sua composição quanto à distribuição dos domicílios que os compõem pelos níveis de renda – Brasil, 2009



Fonte dos dados básicos: POF 2008-2009.

A presença ou não de filho na comparação entre arranjos domiciliares também leva a uma variação na distribuição dos domicílios pelos níveis de renda.

GRÁFICO 8 - Comparação entre arranjos domiciliares que tem ou não filho(s) em sua composição quanto à distribuição dos domicílios que os compõem pelos níveis de renda – Brasil, 2009

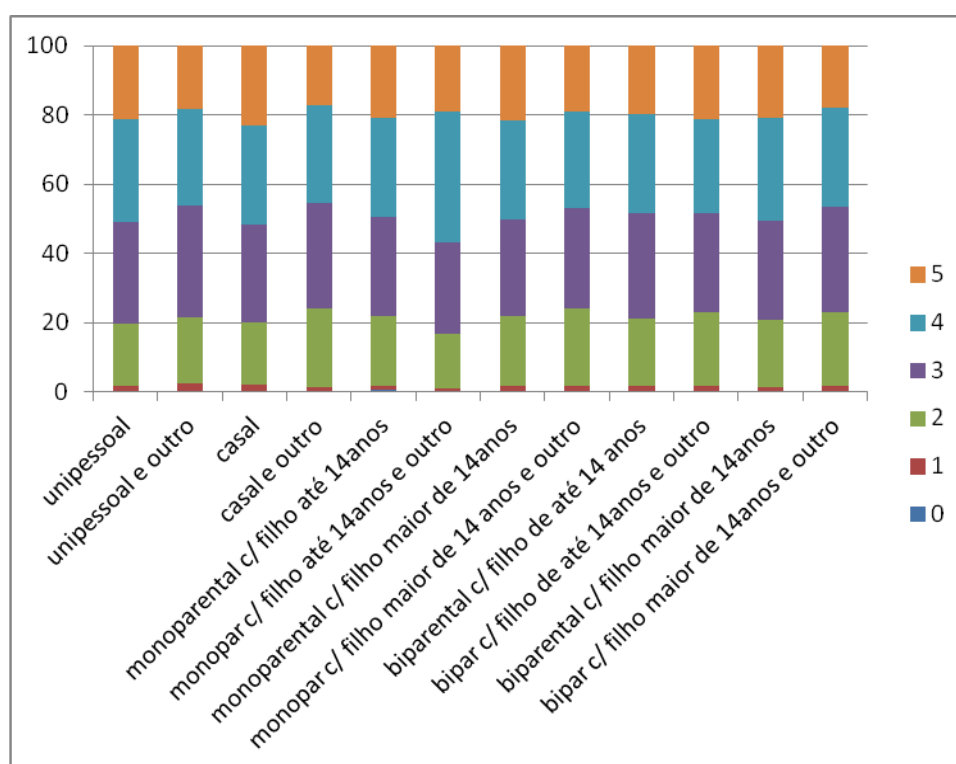


Fonte dos dados básicos: POF 2008-2009.

Observando-se o GRAF. 8, pode-se apontar o seguinte padrão: a presença de filho menor ou maior de 14 anos, tanto nos arranjos monoparentais – quando comparados aos unipessoais – como nos arranjos biparentais, quando comparados aos casais, pode ser associada a uma diminuição na proporção de domicílios nos maiores níveis de renda. Deve-se destacar ainda que o fato de o filho existente ser menor de 14 anos torna essa variação na distribuição, com concentração nos níveis mais baixos de renda, ainda mais acentuada.

Partindo agora para a análise de possíveis relações entre as variações da composição dos arranjos domiciliares estudados e o indicador multidimensional objetivo de condição de vida, vê-se, através dos GRAF. 9, 10 e 11, que nenhum padrão pode ser apontado.

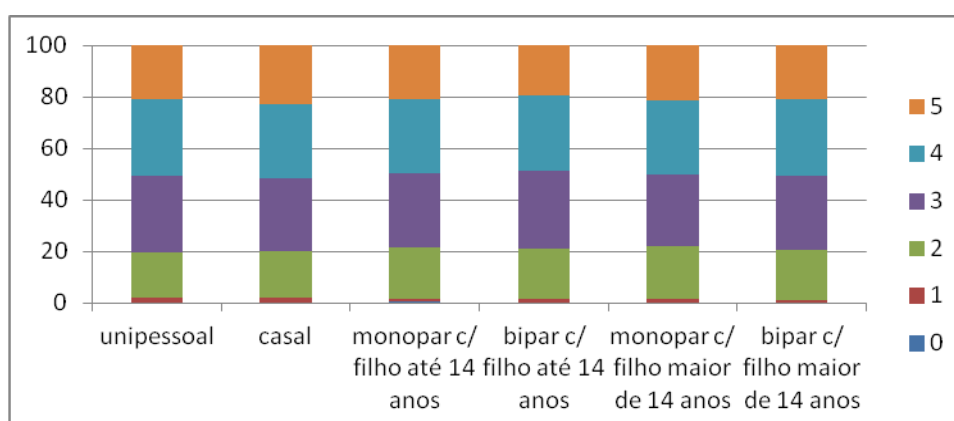
GRÁFICO 9 - Comparação entre arranjos domiciliares que tem ou não outro indivíduo/parente em sua composição quanto à distribuição dos domicílios que os compõem pelos níveis do indicador multidimensional objetivo de condição de vida – Brasil, 2009



Fonte dos dados básicos: POF 2008-2009.

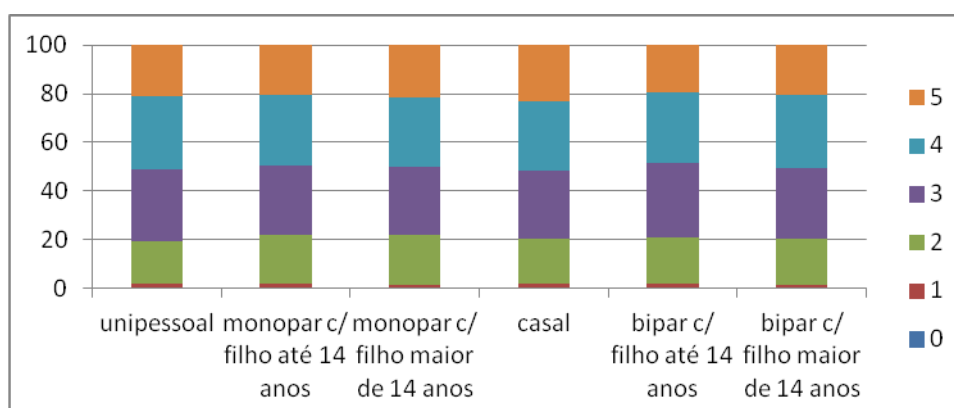
A comparação de arranjos distintos quanto à presença de outro parente/indivíduo, de cônjuge e de filho não aponta nenhuma variação na distribuição dos domicílios pelos níveis do indicador em questão.

GRÁFICO 10 - Comparação entre arranjos domiciliares que têm ou não o cônjuge em sua composição quanto à distribuição dos domicílios que os compõem pelos níveis do indicador multidimensional objetivo de condição de vida – Brasil, 2009



Fonte dos dados básicos: POF 2008-2009.

GRÁFICO 11 - Comparação entre arranjos domiciliares que tem ou não filho(s) em sua composição quanto à distribuição dos domicílios que os compõem pelos níveis do indicador multidimensional objetivo de condição de vida – Brasil, 2009

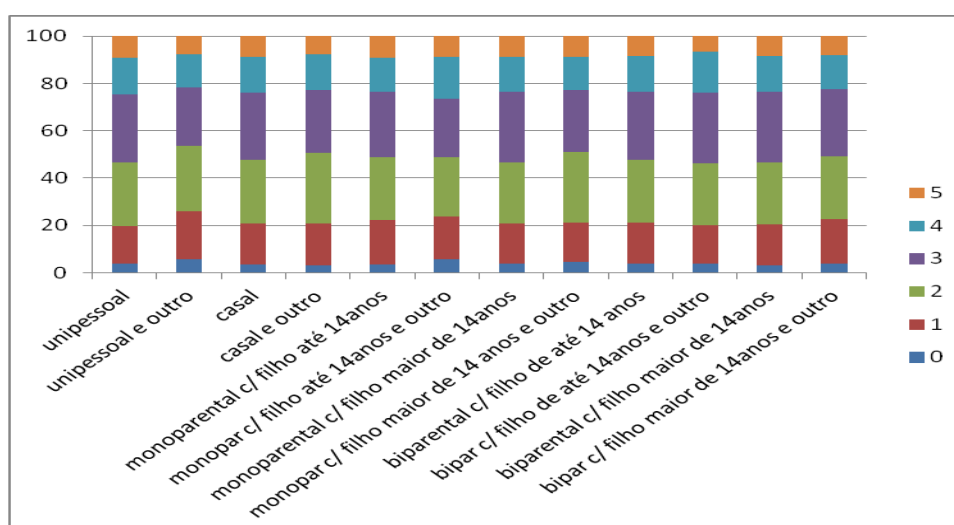


Fonte dos dados básicos: POF 2008-2009.

Os GRAF. 12, 13 e 14 permitem analisar como os domicílios dos diferentes arranjos domiciliares estão distribuídos pelos níveis do indicador multidimensional subjetivo

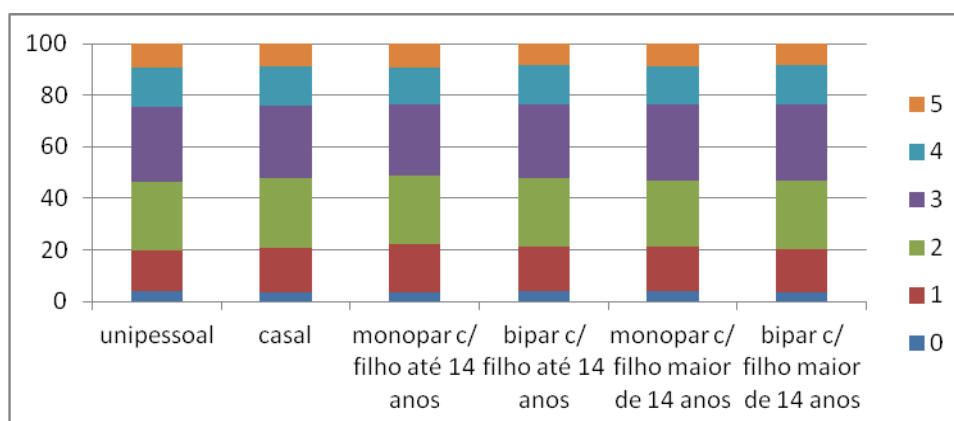
de condição de vida. Assim como ocorreu com o indicador objetivo, também não é possível associar as mudanças na composição domiciliar com variações na distribuição dos domicílios pelos níveis do indicador subjetivo.

GRÁFICO 12 - Comparação entre arranjos domiciliares que tem ou não outro indivíduo/parente em sua composição quanto à distribuição dos domicílios que os compõem pelos níveis do indicador multidimensional subjetivo de condição de vida – Brasil, 2009



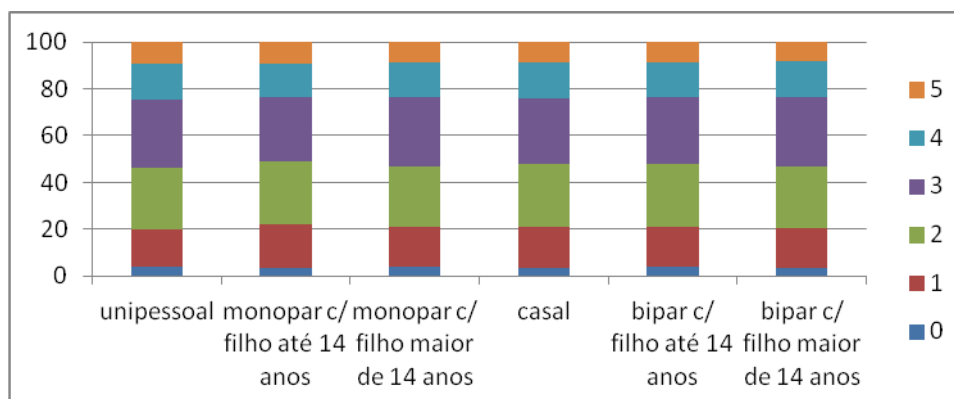
Fonte dos dados básicos: POF 2008-2009.

GRÁFICO 13 - Comparação entre arranjos domiciliares que tem ou não o cônjuge em sua composição quanto à distribuição dos domicílios que os compõem pelos níveis do indicador multidimensional subjetivo de condição de vida – Brasil, 2009



Fonte dos dados básicos: POF 2008-2009.

GRÁFICO 14 - Comparação entre arranjos domiciliares que tem ou não filho(s) em sua composição quanto à distribuição dos domicílios que os compõem pelos níveis do indicador multidimensional subjetivo de condição de vida – Brasil, 2009



Fonte dos dados básicos: POF 2008-2009.

Apesar de os indicadores multidimensionais, a princípio, não terem apresentado relação com as mudanças nas composições dos arranjos domiciliares nas análises descritivas realizadas, faz-se necessário a execução dos modelos microeconômicos propostos no capítulo anterior. Somente eles apontarão se realmente existe relação entre o tipo de arranjo domiciliar e os indicadores de condição de vida construídos; e, em caso afirmativo, qual a direção e intensidade dessa relação.

5 RESULTADO DOS MODELOS

Ao todo, 45 modelos Logit Ordenados (15 modelos para testar o comportamento de cada indicador de condição de vida diante de cada *dummy* de arranjo domiciliar) foram rodados através do programa STATA para testar se a existência de arranjos de composições distintas devido à presença ou não de outro parente/indivíduo, cônjuge, filho menor de 14 anos, filho maior de 14 anos influenciaria o comportamento das variáveis de resposta.

Primeiramente, foram rodados modelos onde constavam apenas as variáveis dependentes, indicadores de condições de vida, e as variáveis independentes, *dummies* de arranjos domiciliares:

$$y(x) = \beta_0 + \beta_1 \text{arranjo}$$

onde $y(x)$ corresponde às variáveis dependentes nível de renda, lobjetivo e lsubjeto.

Em seguida, foram incluídas no modelo as variáveis de controle: renda familiar per capita (somente para os modelos que testaram os indicadores multidimensionais), número de moradores no domicílio, idade e escolaridade da chefia.

$$y(x) = \beta_0 + \beta_1 \text{arranjo} + \beta_2 \text{n_morador} + \beta_3 \text{idade} + \beta_4 \text{anos_est} + \beta_5 \text{sexo} + \beta_6 \text{renda familiar per capita}$$

Comparativamente, os modelos que continham as variáveis de controle se apresentaram mais significantes, ou seja, com maior poder explicativo. Todas as variáveis apresentaram significância ao nível de 5%, com teste *p-value* estatisticamente igual à zero.

Para análise dos resultados encontrados, foram utilizadas as razões de chances. Com base na teoria já explicitada sobre o modelo Logit Ordenado, os valores das razões de chances são analisados da seguinte forma:

Um resultado igual a 1 mostra que a mudança na composição do arranjo domiciliar não influencia o indicador de condição de vida. Resultado menor que 1 aponta para o fato de que a variação no tipo de composição domiciliar do arranjo influencia o indicador de condição de vida, levando a uma diminuição na chance de ocorrer o maior nível em relação aos outros (devido ao pressuposto de proporcionalidade, pode-se interpretar também como uma diminuição na chance de ocorrer qualquer nível acima do menor nível existente). Por fim, se o resultado obtido é maior que 1, indica que a diferenciação entre arranjos domiciliares devido a sua composição afeta o indicador de condição de vida, no sentido em que há um aumento na chance de se reportar o maior nível, em relação a todos os outros (novamente, devido ao pressuposto de proporcionalidade, pode-se também interpretar o resultado como o aumento na chance de se reportar qualquer nível acima do menor).

TABELA 3 - Razões de chances dos Modelos Logit Ordenados para os indicadores de condições de vida dos arranjos domiciliares – Brasil, 2009

Variação na composição domiciliar quanto à presença de:	Variável <i>Dummy</i>			Indicador de Renda Odds Ratio	Indicador Objetivo (Acessibilidade) Odds Ratio	Indicador Subjetivo (Avaliação) Odds Ratio
	Nome	Arranjo atribuído a zero	Arranjo atribuído a um			
Outro parente/ indivíduo	Unipoutro	Unipessoal	Unipessoal e outro indivíduo/parente	0,53	0,90	0,83
	Casaloutro	Casal	Casal e outro indivíduo/parente	0,93	0,93	1,07
	Monoooutro14	Monoparental com filho de até 14 anos	Monoparental com filho de até 14 anos e outro indivíduo/parente	3,22	1,22	0,94
	Monoooutro15	Monoparental com presença de filho maior de 14 anos	Monoparental com presença de filho maior de 14 anos e outro indivíduo/parente	1,05	0,93	0,93
	Bioutro14	Biparental com filho de até 14 anos	Biparental com filho de até 14 anos e outro indivíduo/parente	2,53	1,03	1,11
	Bioutro15	Biparental com presença de filho maior de 14 anos	Biparental com presença de filho maior de 14 anos e outro indivíduo/parente	1,14	0,90	0,97
	Cônjuge	Unipcasal	Unipessoal	Casal	1,72	1,16
Bimono14		Monoparental com filho de até 14 anos	Biparental com filho de até 14 anos	3,35	1,12	1,1
Bimono15		Monoparental com presença de filho maior de 14 anos	Biparental com presença de filho maior de 14 anos	1,74	0,93	0,97
Filho de até 14 anos	Unipmono14	Unipessoal	Monoparental com filho de até 14 anos	0,26	0,87	0,94
	Casalbi14	Casal	Biparental com filho de até 14 anos	0,93	0,98	1,17
Filho maior de 14 anos	Unipmono15	Unipessoal	Monoparental com presença de filho maior de 14 anos	0,81	0,88	0,96
	Casalbi15	Casal	Biparental com presença de filho maior de 14 anos	1,47	0,99	1,1
	Mono_id	Monoparental com filho de até 14 anos	Monoparental com presença de filho maior de 14 anos	2,2	1,09	1,05
	Bi_id	Biparental com filho de até 14 anos	Biparental com presença de filho maior de 14 anos	1,61	1,05	1,03

Fonte dos dados básicos: POF 2008-2009. Nota: Variáveis estatisticamente significantes ao nível de 5%

Vê-se que na TAB. 3 não foram incluídas as razões de chance referentes às variáveis de controle utilizadas. Isso ocorre porque não há a intenção de analisá-las. A inclusão destas variáveis no modelo teve como finalidade apenas diminuir as diferenças que existem entre os arranjos comparados.

Feitas as justificativas necessárias, segue-se agora à avaliação dos modelos.

5.1 Resultados obtidos sobre o indicador de renda

A presença de outro parente/indivíduo no arranjo domiciliar diminui as chances de ocorrer maiores níveis de renda nos casais e nos arranjos unipessoais. A maior redução da chance de se obter maiores níveis de renda ocorre quando a presença indivíduo/parente se dá num arranjo unipessoal. Os resultados sugerem que ser sozinho ou somente casado é melhor do que conviver com terceiros.

Todos os outros arranjos verificam um aumento na chance de atingir maiores níveis de renda quando ocorre a presença de outro parente/indivíduo no domicílio, sendo que o arranjo monoparental com filho menor de 14 anos é o que apresenta o maior aumento dessa chance. Pode-se supor que a presença de outro indivíduo/parente no arranjo seja positiva porque o outro parente/indivíduo atua em substituição ao cônjuge, dando apoio e suporte.

Arranjos com presença de cônjuge sempre aumentam de modo bem expressivo, a chance de auferir maiores níveis de renda, em todas as comparações realizadas. Especialmente quando tomado por comparação arranjos monoparentais e biparentais com filho menor de 14 anos, a presença de cônjuge na composição domiciliar leva ao maior aumento nas chances de ocorrer os maiores níveis de renda entre todas as outras comparações realizadas. Os resultados apontam que ser casado é melhor que ser solteiro, e ter um cônjuge ao lado quando se tem filhos é sempre preferível, principalmente quando estes são menores, para obtenção de maiores níveis de renda.

A presença de filho menor de 14 anos num arranjo sempre diminui as chances de ocorrerem maiores níveis de renda, em comparação àqueles arranjos com ausência de filhos. Isso ocorre de maneira mais expressiva quando se toma para comparação

um arranjo monoparental e um unipessoal, possivelmente devido à falta de suporte no domicílio.

No caso de ter um filho na composição domiciliar, as comparações apresentaram resultados divergentes. Enquanto a chance de auferir maiores níveis de renda aumenta se esse filho está presente numa comparação entre o arranjo biparental e o casal, vê-se uma diminuição na chance de se ter maiores níveis de renda se a presença do filho ocorre na comparação entre o arranjo monoparental e o arranjo unipessoal. Deve-se ressaltar que o efeito negativo da presença de um filho maior de 14 anos na obtenção dos maiores níveis de renda num arranjo monoparental é menos negativo que a presença de um filho menor de 14 anos, pois o filho mais velho pode trabalhar e ajudar em casa, diluindo o efeito negativo de se criar filhos sem o cônjuge.

Por fim, vê-se que a presença de um filho maior de 14 anos nos arranjos biparentais ou monoparentais, se comparados à presença de um filho menor, sempre leva ao aumento das chances de ocorrer maiores níveis de renda. Deve-se ressaltar que, no caso do arranjo monoparental, esse aumento é ainda maior.

5.2 Resultados encontrados para o indicador objetivo de condição de vida

A presença de outro indivíduo/parente na composição domiciliar tem efeitos variados sobre a condição de vida medida pelo indicador objetivo. Há um aumento na chance de atingir melhores níveis de acessibilidade se o outro parente/indivíduo ocorre num arranjo biparental ou monoparental com filho menor de 14 anos. No caso do arranjo monoparental, o impacto da presença de outro parente/indivíduo no arranjo é ainda mais relevante, possivelmente por aumentar a rede de suporte. Nos outros arranjos analisados, a presença de outro parente/indivíduo no domicílio diminui a chance de ocorrer melhores níveis de acessibilidade em torno de 10%, o que pode ser reflexo de um efeito de composição.

Estranhamente, a presença de cônjuge num arranjo biparental com filho maior de 14 anos diminui as chances dos melhores níveis de acessibilidade na comparação com um arranjo monoparental. Esperava-se que a existência de um cônjuge no domicílio se refletisse numa maior acessibilidade, dado o suporte que ele representa. Nas

outras comparações feitas, entre monoparentais e biparentais com filhos menores de 14 anos e entre unipessoais e casais, a presença do cônjuge na composição domiciliar aumenta a chance de se obterem níveis melhores de acessibilidade.

Nas comparações realizadas entre arranjos unipessoais e monoparentais, a presença de filho no arranjo domiciliar, independente da idade, diminui as chances de ocorrer maiores níveis de acessibilidade. O mesmo resultado é verificado quando compara-se arranjos biparentais e casais, sendo que, nesse caso, a presença de filho no arranjo é menos impactante nas razões de chance. Por fim, nos arranjos monoparentais e biparentais, o fato de se ter filhos maiores de 14 anos sempre aumenta as chances de atingir os melhores níveis de acessibilidade em relação à existência somente de filhos menores. Isso se dá mais prevalentemente nos arranjos monoparentais, possivelmente porque os filhos passam a dar suporte ao chefe, diminuindo a dependência em relação a ele.

5.3 Resultados apresentados pelo indicador subjetivo de condição de vida

Os indicadores subjetivos de condição de vida, quando há presença de outro parente/indivíduo na composição domiciliar, apresentam os seguintes resultados: há um aumento da chance de atingir níveis melhores de avaliação quando o outro parente/indivíduo ocorre junto a um casal (possivelmente por fornecer-lhes companhia) ou quando o parente/indivíduo está presente num arranjo biparental com filho menor de 14 anos, supostamente devido ao efeito suporte que esse indivíduo/parente provoca. Nos outros arranjos, o efeito da presença de outro parente/indivíduo na composição domiciliar é sempre negativo, diminuindo as chances de se obter maiores níveis de avaliação, principalmente quando este outro parente/indivíduo ocorre na comparação com um arranjo unipessoal, possivelmente devido ao efeito divisor na renda.

As comparações realizadas entre domicílios com ou sem presença de cônjuge em sua composição apresentaram um resultado negativo somente quando o cônjuge ocorre num arranjo com filho maior de 14 anos. Na comparação entre

mono/biparentais com filhos menores de 14 anos e entre unipessoais e casais, vê-se que a presença do cônjuge aumenta as chances de melhores níveis.

A presença de filhos no domicílio sempre aumenta a chance de se auferir maiores níveis de satisfação para aqueles arranjos que apresentam chefe e cônjuge em sua constituição (casal *versus* biparental), sendo que, se os filhos forem menores de 14 anos, o aumento da chance de ter melhores níveis de avaliação das condições de vida é ainda maior. Em contrapartida, para um indivíduo sem cônjuge, como na comparação entre arranjos unipessoais e monoparentais, a presença de filhos sempre diminui a chance de ter melhores níveis de avaliação, independente da idade dos filhos, na mesma intensidade.

Por fim, a existência de filhos maiores de 14 anos nos arranjos monoparentais ou biparentais, comparativamente à presença apenas de filhos menores de 14 anos, leva ao aumento da chance de se ter melhores níveis de avaliação.

5.4 Análise conjunta dos indicadores de condição de vida

Em todos os indicadores, a presença de outro parente/indivíduo no arranjo tem o mesmo efeito quando se compara com um arranjo unipessoal, pois há uma diminuição na chance de ocorrer melhores níveis, o que pode ser reflexo da dependência que surge. Também num arranjo biparental com filho menor de 14 anos, a presença de outro parente/indivíduo tem a mesma direção, independentemente do indicador utilizado, já que se verifica um aumento da chance ter melhores níveis, o que indica que nesses arranjos o outro parente/indivíduo é tido como um suporte.

No caso do arranjo monoparental e do biparental com filho maior de 14 anos, a presença de outro parente/indivíduo leva a um aumento na chance de se obter níveis mais altos somente quando se trata do indicador de renda, supostamente pela ajuda financeira que este indivíduo/parente representa. Os indicadores multidimensionais sempre têm uma diminuição na chance de ocorrerem melhores níveis quando há a presença de outro parente/indivíduo no domicílio, o que pode ser consequência do efeito composição que este provoca.

A presença de outro indivíduo/parente junto aos casais só leva a um aumento das chances de se obterem maiores níveis do indicador subjetivo, possivelmente, por serem vistos como uma companhia. Esse indicador subjetivo, nos arranjos monoparentais, em comparação aos outros indicadores de condição de vida testados, é o único que tem uma diminuição de chance na ocorrência de melhores níveis, dada a presença de outro parente/indivíduo na composição do arranjo: pode ser que essas pessoas já têm uma vida tão difícil por criarem seus filhos sós que a presença de outro parente/indivíduo não modifica a avaliação que elas têm da vida.

A presença de cônjuge na composição domiciliar, testada nas comparações entre arranjos unipessoais e casais, assim como na comparação entre arranjos monoparentais e biparentais que possuem filhos menores de 14 anos, leva ao aumento da chance de atingir os maiores níveis em todos os indicadores. Exceção deve ser feita sobre o indicador objetivo e subjetivo nas comparações entre arranjos monoparentais e biparentais que possuem filhos maiores de 14 anos em sua composição que, surpreendentemente, apresentou-se negativo, o que merece estudos mais aprofundados para o entendimento desse comportamento.

A presença de um filho menor de 14 anos no domicílio, na comparação entre arranjos unipessoais e monoparentais, diminui a chance de ocorrer melhores níveis de condição de vida em todos os indicadores, o que indica que criar filho sozinho é sempre pior que ser sozinho. Entretanto, na comparação entre casais e arranjos biparentais, não se identifica um padrão: enquanto o indicador de renda e o indicador objetivo mostra uma diminuição das chances de se ter maiores níveis (o que pode ser relacionado à dependência que surge), o indicador subjetivo tem as chances de atingir melhores níveis aumentadas, o que nos permite atrelar o casamento à vontade de ter filho.

A presença de um filho maior de 14 anos num arranjo diminui a chance de ocorrer níveis mais altos de condições de vida em todos os indicadores testados quando compara-se um arranjo unipessoal com um arranjo monoparental. No entanto, tomando-se para comparação os casais e biparentais, vê-se que a ocorrência de filho maior de 14 anos leva ao aumento das chances de se obterem melhores níveis de avaliação e de renda, enquanto que, o indicador objetivo diminui as chances de se atingirem níveis melhores.

O fato de existir filho maior de 14 anos na composição dos arranjos monoparentais ou biparentais sempre aumenta a chance de ocorrer melhores níveis de avaliação, renda e acessibilidade, principalmente nos arranjos monoparentais.

6 CONCLUSÃO

A família é responsável pela produção e/ou alocação de bens e serviços que seus membros necessitam de modo mais ou menos eficiente, dependendo da sua composição e tamanho. Por estar normalmente localizados num mesmo domicílio, o estudo da dinâmica familiar e suas características toma os arranjos domiciliares para análise.

Alterações das características da composição/estrutura e tamanho dos arranjos domiciliares são resultados das mudanças nos padrões demográficos da mortalidade e da fecundidade. Prova disso é que, após a Primeira Transição Demográfica ter sido identificada, houve uma redução no tamanho dos domicílios, devido a queda na taxa de fecundidade. Posteriormente, mais precisamente a partir da década de 1960, verificou-se o surgimento de novos arranjos familiares, tanto no que se refere ao tamanho, quanto à composição, atrelado às alteração dos padrões nupciais, sexuais e reprodutivos vivenciados pela sociedade, devido o processo intitulado Segunda Transição Demográfica. A heterogeneidade da organização domiciliar atual leva a uma diferenciação na acessibilidade destes ao bem-estar, já que a distribuição dos recursos dentro de um domicílio ocorre de forma desigual conforme o estrato social e as características dos integrantes do arranjo. Em todos os estudos brasileiros verificados, a análise dos arranjos domiciliares tem se restringido à vulnerabilidade destes à pobreza, tendo como *proxy* a renda.

Porém, têm surgido críticas à utilização da renda, pois acredita-se que tanto a pobreza e o bem-estar, assim como outras medidas que avaliam e/ou quantificam as condições de vida, são resultantes da interação de diversas dimensões da vida do indivíduo e não só da renda em si. Além disso, a existência de relações intrafamiliares leva a uma alocação desigual de recursos, tanto no que tange à oferta deles – o que impacta em sua forma de distribuição – quanto no que tange à demanda, já que diferentes indivíduos têm diferentes necessidades. A existência de características diferentes dos indivíduos faz surgir necessidades diferentes e diferentes capacidades de transformar a renda auferida em bens e serviços.

Assim, surgem, dentre outras opções alternativas de mensuração do bem-estar, os indicadores multidimensionais, que podem ser objetivos – exteriorizados pelo comportamento e pela vivência diária do indivíduo quanto a sua acessibilidade a recursos, bens e serviços – ou subjetivos, interiorizados no indivíduo a partir de uma avaliação da própria vida ao considerar as experiências vividas e as expectativas diante delas. Acredita-se que tal diferenciação causa discrepâncias de resultados quanto às condições de vida mensuradas ora por indicadores objetivos ora por indicadores subjetivos, possivelmente devido às diferenças de expectativas, objetivos e percepções dos indivíduos. É exatamente isso que este trabalho se propôs a fazer: testar o efeito das variações na composição dos arranjos domiciliares brasileiros existentes em 2009 sobre as condições de vida auferidas pela renda e pelos indicadores multidimensionais objetivos e subjetivos.

As mudanças na composição do arranjo aqui testadas referem-se à presença de outro indivíduo/parente, cônjuge, filho menor de 14 anos e filho maior de 14 anos, através da comparação entre arranjos que não têm essas características em sua composição, com aqueles que as apresentam. O que se viu em todos os resultados encontrados foi uma intensificação do efeito de cada mudança composicional de arranjo, seja ela positiva ou negativa, quando medida pela renda. O efeito das mudanças de composição dos arranjos nas condições de vida medido pelo indicador objetivo ou subjetivo foi sempre mais suave que em relação à renda.

A renda apresentou resultados totalmente discrepantes dos indicadores multidimensionais quando foi testada a ocorrência de outro indivíduo/parente num arranjo monoparental ou biparental com filho maior de 14 anos. Para o indicador de renda, a presença de outro parente/indivíduo nesses arranjos apontou para um aumento de chance na obtenção de maiores níveis. Além disso, na comparação entre arranjos monoparentais e biparentais com filho maior de 14 anos tentando captar o efeito de um cônjuge no arranjo, apenas o indicador da renda mostrou um aumento na chance de melhores níveis quando há um cônjuge no arranjo.

Somente o indicador objetivo apresentou uma redução nas chances de ocorrer melhores níveis de acessibilidade quando a presença de filho maior de 14 anos no arranjo foi testada na comparação casais e arranjos monoparentais.

O indicador subjetivo de avaliação foi aquele que apresentou comportamento mais discrepante dos outros indicadores: a presença de outro indivíduo/parente junto aos casais e a ocorrência de filho menor de 14 anos na comparação entre casais e biparentais aumentaram as chances de melhores níveis, contraditoriamente aos outros indicadores. Já a presença de outro parente/indivíduo no arranjo monoparental com filho menor de 14 anos, contraditoriamente ao que foi observado nos outros indicadores, diminuiu as chances de obter melhores níveis de avaliação.

Quando se considera a presença de outro parente/indivíduo num arranjo unipessoal, o efeito em todos os indicadores é negativo, diminuindo as chances de se ter os melhores níveis, assim como quando a presença de filhos – menores ou maiores de 14 anos – num arranjo monoparental é comparada ao arranjo unipessoal. Em todos os indicadores, vê-se um aumento de chance de ocorrer maiores níveis quando há presença de outro parente/indivíduo no arranjo biparental com filho menor de 14 anos, presença de cônjuge nos casais em comparação com a ausência destes nos arranjos unipessoais e a existência de cônjuge nos arranjos biparentais com filho menor de 14 anos se comparados aos monoparentais. A existência de filhos maiores de 14 anos nos arranjos monoparentais e biparentais também se refletiu numa variação positiva em todos os indicadores, aumentando as chances de maiores níveis de renda, acessibilidade e avaliação serem obtidos.

Vê-se que o tipo de indicador foi mais significativo quando as condições de vida foram testadas em relação à presença de outro indivíduo/parente nos arranjos. Das seis comparações realizadas, apenas duas apresentaram resultados de mesma direção para todos os indicadores. Das três comparações realizadas para avaliar o efeito causado nas condições de vida pela presença ou não de um cônjuge no arranjo, houve similaridade na direção dos indicadores em duas delas. A presença de filhos menores ou maiores de 14 anos apresentou similaridade entre a direção dos indicadores em 50% das comparações realizadas.

Os resultados expostos corroboram a justificativa dada inicialmente para este trabalho: arranjos domiciliares, quando apresentam composições diferentes, apresentam também condições de vida divergentes. De acordo com o indicador utilizado, as condições de vida mostram-se mais ou menos sensíveis às variações de composição dos arranjos, podendo até indicar direções opostas: enquanto um

indicador pode apontar uma piora na condição de vida devido à presença de determinado membro no arranjo, outro indicador pode apontar para uma melhora.

Isso se deve ao fato de que cada um dos indicadores avalia a condição de vida a partir de uma definição diferente. Enquanto a utilização da renda considera a quantidade auferida desse recurso – dado que a renda é a base monetária para aquisição de bens e serviços no mercado –, o indicador objetivo vê no acesso ou não aos recursos e bens, a condição precípua para uma boa condição de vida. Por fim, o indicador subjetivo, mais particularizado, trata da avaliação do próprio indivíduo da condição da vida que leva. Por isso, neste caso, não basta ter uma renda familiar per capita alta, nem acesso a bens e serviços, mas é necessário que dentro da expectativa que esse indivíduo tem da vida, sua renda seja suficiente para adquirir bens e serviços tidos por ele como necessários e de boa qualidade.

Principalmente no que tange aos indicadores multidimensionais, pontos frágeis em sua construção podem ser apontados. A definição das variáveis a serem utilizadas na composição do índice de condição de vida limita a abrangência do próprio índice. Por falta de dados disponíveis, a POF foi a única fonte de dados utilizada e apenas os cenários pesquisados por ela foram considerados para a construção do índice. Além disso, por ser um questionário de autodeclaração, sempre haverá um viés provocado pela percepção e pela expectativa do respondente. Este, sendo comumente o chefe do domicílio, responde por todos aqueles que o compõe, não necessariamente refletindo a percepção de todos os membros do arranjo, mas provavelmente, dando uma visão geral do cenário.

Para pesquisas futuras, sugere-se a inclusão de variáveis que captem a percepção do arranjo domiciliar quanto à condição de saúde de seus membros, a relação com o mercado de trabalho, a sensação de segurança pública, o otimismo quanto ao futuro e à interação social e política na sociedade da qual se faz parte. Um aprofundamento do questionário ao nível individual também seria interessante, pois permitiria captar as diferentes percepções da vida dentro de um mesmo domicílio que surge a partir das relações intrafamiliares existentes.

Não cabe a este trabalho apontar qual é o melhor indicador das condições de vida dos arranjos domiciliares brasileiros, mas apenas propor uma discussão sobre as

várias medições que se pode assumir. Nesse cenário, fica claro o importante papel assumido pelos arranjos domiciliares: as mudanças demográficas verificadas em seu interior têm papel relevante para o estudo das condições de vida, como sinônimo de bem-estar, propiciando um maior ou menor nível deste.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana Marta. **População e desenvolvimento: a Terceira Transição Demográfica**. Rio de Janeiro, [2008?]. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/ttd_aparte_16fev08.pdf>. Acesso em 01 maio 2012.

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. **Pobreza multidimensional no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. Texto para discussão 1227. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1227.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2012.

BECKER, Gary Stanley. **A treatise on the family**. Cambridge, MA: Harvard University, 1981.

BIANCHI, Suzanne M.; CASPER, Lynne M. Explanations of family change. In: BENGTSON, Vern L. *et al.* **Sourcebook of family theory & research**. Thousand Oaks, California: Sage, 2005. p. 93-117.

BILAC, E. D. Gênero, vulnerabilidade das famílias e capital social: algumas reflexões. In: CUNHA, José Marcos Pinto da (Org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006. p. 51-65. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/livros/vulnerabilidade/arquivos/arquivos/vulnerab_cap_2_pgs_51-65.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2012.

BRASIL. **Lei nº 8742 de 07 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm>. Acesso em: 01 mar. 2012.

BUMPASS, Larry L. What's happening to the family? Interactions between demographic and institutional change. **Demography**. USA, v. 27, n. 4, p. 483-498, 1990. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2061566>>. Acesso em: 03 mar. 2012.

CAMERON, A. C.; TRIVEDI, P. K. **Microeconometrics: methods and applications**. New York: Cambridge University Press, 2005.

CEPAL – COMISSÃO ECONOMICA PARA AMERICA LATINA E CARIBE. Vulnerabilidad social y sociodemográfica: aproximaciones conceptuales, teóricas y empíricas. **Vulnerabilidad sociodemográfica: viejos y nuevos riesgos para comunidades, hogares y personas**. Brasilia, 2002, p. 3-30. Disponível em:

<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/4/10264/LCR2086_I.pdf>. Acesso em 01 mar. 2012.

CIGNO, Alessandro. **Economics of the family**. Oxford: Claredon, 1991.

CIOFFI, Sylvia. Famílias metropolitanas: arranjos familiares e condições de vida. **ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS**, 9., Caxambu: ABEP, 1998. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a165.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2011.

COLEMAN, D. Why we don't have to believe without doubting in the 'Second Demographic Transition': some agnostic comments. In: OAW. **Vienna Yearbook of Population Research**. Austria: Austrian Academy of Sciences, 2004. p. 11-24.

CORBI, Raphael Bottura; MENEZES-FILHO, Naércio Aquino. Os determinantes empíricos da felicidade no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 26, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v26n4/03.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2011.

DIENER, Ed; SUH, Eunkook. Measuring quality of life: economic, social, and subjective indicators. **Social Indicators Research**, USA, n. 40, p. 189–216, 1997. Disponível em: <http://web.yonsei.ac.kr/suh/file/Measuring%20quality%20of%20life_Economic,%20social,%20and%20subjective%20indicators.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2011.

DINIZ, Bernardo P. Campolina *et al.* As pesquisas de orçamentos familiares no Brasil. **Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas**. Brasília: IPEA, v. 2, p. 17-54, 2007. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/gastoeconsumov2/06_Cap1.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2011.

ESTES, Sara Beth. How are family-responsive workplace arrangements family friendly? **The sociological quarterly**, USA, v. 45, n. 4, p. 637-661, 2004. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4121204>>. Acesso em: 01 jun. 2004.

FEIJO, Carmem Aparecida; VALENTE, Elvio. Estatísticas domiciliares e políticas públicas: uma discussão sobre os conceitos de família e domicílio. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 547-572, 2003. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/741/993>>. Acesso em: 01 mar. 2012.

GENNETIAN, Lisa A. **One or two parents? Half or step siblings? The effect of family structure on young children's achievement**. 2005. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/10.2307/20007969>>. Acesso em: 01 jun. 2011.

GOLDANI, Ana Maria. A demografia formal da família: técnicas e dados censitários. **Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Caxambu, 1984. Anais..., Belo Horizonte: ABEP, 1984. v. 3, p. 1257-1296. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br>>. Acesso em: mar. 2004.

HOGAN, Daniel Joseph; MARANDOLA JR., Eduardo. Para uma conceituação interdisciplinar da vulnerabilidade. In: CUNHA, José Marcos Pinto da (Org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006. p. 23-50. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/livros/vulnerabilidade/arquivos/arquivos/vulnerab_cap_1_pgs_21-50.pdf> Acesso em: 01 mar. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009**: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. CD ROM.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009**: despesas, rendimentos e condições de vida. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a, Notas técnicas. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009/POFpublicacao.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: síntese de indicadores 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b, Notas técnicas. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad_sintese_2009.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2011.

ITABORAI, Nathalie Reis. A proteção social da família brasileira contemporânea: reflexões sobre a dimensão simbólica das políticas públicas. In: **Seminário sobre família e políticas públicas no Brasil**. Belo Horizonte: ABEP, 2005. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/FamPolPublicas/Nathalieltaborai.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2011

JIANG, Leiwen; O'NEILL, Brian C. Impacts of demographic trends on US household size and structure. **Population and development review**, USA, n. 33, p. 567–591, 2007. Disponível em: <<http://ideas.repec.org/a/bla/popdev/v33y2007i3p567-591.html>>. Acesso em: 01 mar. 2012.

KENNY, Charles. Does development make you happy? Subjective wellbeing and economic growth in developing countries. **Social indicators research**, USA, n. 73,

p. 199–219, 2005. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2752222>>. Acesso em: 01 jun. 2011.

LAVINAS, Lena; NICOLL, Marcelo. Atividade e vulnerabilidade: quais os arranjos familiares em risco? **Dados**: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 67-97, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s001152582006000100004&script=sci_arttext> Acesso em 01 jun. 2011.

LEONE, Eugenia Trancoso; MAIA, Alexandre Gori; BALTAR, Paulo Eduardo. Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil. **Revista Economia e Sociedade**. São Paulo, v. 19, n. 1, p. 59-77, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v19n1/a03v19n1.pdf>>. Acesso em 01 jun. 2011.

LESTHAEGHE, R; VAN DE KAA, D. Two demographic transitions? In: _____ (Ed.). **Bevolking - Groei en Krimp, Mens en Maatschappij**. Deventer: Van Loghum Slaterus, 1986. p. 9-24.

LIMA, Sabrina Vieira. **Economia e felicidade**: um estudo empírico dos determinantes da felicidade no Brasil. 2007. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96131/tde-15052007-142028/>>. Acesso em: 01 jun. 2012.

LONDON, Rebecca A; FAIRLIE, Robert W. Economic conditions and children's living arrangements. **National Poverty Center Working Paper Series**, USA, 2005. Disponível em: <http://www.npc.umich.edu/publications/workingpaper05/paper27/London_Fairlie_2005.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2011.

LOPES, Helger Marra; MACEDO, Paulo Brígido Rocha; MACHADO, Ana Flávia. Análise de pobreza com indicadores multidimensionais: uma Aplicação para Brasil e Minas Gerais. In: **Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 14., Caxambu: ABEP, 2004. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_593.pdf. Acesso em: 01 mar. 2012.

MEDEIROS, Marcelo; OSORIO, Rafael. **Arranjos domiciliares e arranjos nucleares no Brasil**: classificação e evolução de 1977 a 1998. Brasil: IPEA, 2001. Texto para discussão nº 788. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2001/td_0788.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2011

MEDEIROS, Marcelo; OSORIO, Rafael. **Mudanças nas famílias brasileiras: a composição dos arranjos domiciliares entre 1978 e 1998**. Brasília: IPEA, 2002. Texto para discussão nº 886. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0886.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2011.

MONTALI, Lilia; TAVARES, Marcelo. Família, pobreza e acesso a programas de transferência de renda nas regiões metropolitanas brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 211-231, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v25n2/v25n2a02.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2011.

NOTESTEIN, F. Population: the long view. In: SCHULTZ, T. W. (Ed.). **Food for the world**. Chicago: Chicago University Press, 1953.

PESSOA, Marcelo de Sales; SILVEIRA, Marcos Antonio C. da. **Indicadores objetivos e subjetivos de qualidade de vida das famílias brasileiras segundo a POF de 2002-2003: um estudo sobre seus determinantes demográficos, sociais e econômicos**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. Texto para discussão nº 1437. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1437.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2011.

ROCHA, Sonia. **Renda e pobreza: medidas per capita versus adulto-equivalente**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. Texto para discussão 609. Disponível em: <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IscScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=291006&indexSearch=I D>> Acesso em: 01 mar. 2012.

SABOIA, Ana Lucia; COBO, Barbara. As famílias conviventes no censo demográfico 2000. In: **Seminário sobre Família e Políticas Públicas no Brasil**. Belo Horizonte: ABEP, 2005. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/FamPolPublicas/SaboiaCobo.pdf>> Acesso em 01 mar 2012.

SEN, Amartya Kumar. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. **Metodologias para estabelecer a linha de pobreza: objetivas, subjetivas, relativas, multidimensionais**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. Texto para discussão 1381. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1381.pdf>. Acesso em 01 mar. 2012.

SOUZA, Marcelo Medeiros Coelho de. **A importância de se conhecer melhor as famílias para a elaboração de políticas sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. Texto para discussão nº 699. Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/td_0699.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2011.

UNITED NATIONS (ONU). **Principles and recommendations for population and housing censuses**. New York: Department of Economic and Social Affairs – Statistics Division, 2007. Statistical papers Series M. n. 67, rev. 2. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/demographic/sources/census/docs/P&R_%20Rev2.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2012.

VAN DE KAA, D. J. Postmodern fertility preferences: from changing value orientation to new behavior. In: BULATAO, R. A.; CASTERLINE, J. B. (Ed.). **Global fertility transition**. New York: Population Council, c2001a. Supplement to PDR

VAZ, Wanda Maria Cabella. **Dissoluções e formação de novas uniões**: uma análise demográfica das tendências recentes no Uruguai. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2008. Textos Nepo 56. Disponível em: <<http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/colecaoTextos.html>>. Acesso em: 01 maio 2012

VEENHOVEN, Ruut. **Why social policy needs subjective indicators**. Berlim: [s.n.], 2001. Disponível em: <<http://www.springerlink.com/content/qrbn78n43l368vjw/>> Acesso em: 01 jun. 2011.

VOGEL, Joachim. The family. **Social Indicators Research**. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, n. 64, p. 393-435, 2003. Disponível em: <<http://www.springerlink.com/content/w1764363j1762462/>>. Acesso em: 01 maio 2012.

WALDFOGEL, Jane *et al.* Fragile families and child wellbeing. In: _____. **The future of children**, EUA, v. 20, n. 2, p. 87-112, 2010.